

# JUVENTUDE NEGRA VIVA





A Prefeitura de Belo Horizonte, MaterDei e AIC apresentam

# JUVENTUDE NEGRA VIVA!

Vidas jovens negras importam! – Seminário  
sobre a mobilização artístico-cultural pela  
vida da Juventude Negra



# JUVENTUDE NEGRA VIVA!

Cristiane Ribeiro (org.)

Vidas jovens negras importam! – Seminário sobre a  
mobilização artístico-cultural pela vida da Juventude Negra





---

Sumário

**10. Vidas jovens  
negras importam!**

**16. Racismo à Brasileira**

**54. O grito e o pranto  
tomam o espaço público**

**62. O luto em  
circunstâncias  
necropolíticas**

**76. Memorial pela vida  
da juventude negra**

---

---

**84. Militância e política**

**98. Arte, cultura e  
afirmação da  
juventude negra**

**126. De.sem.bo.la**

**138. Sobre a resistência**

**142. Antiracismo,  
quadrinhos mangá  
e psicanálise**

**154. Encruzilhadas**

---

---

# **VIDAS JOVENS NEGRAS IMPORTAM!**

**Seminário sobre  
mobilização artístico-  
cultural pela vida da  
juventude negra**

**Cristiane Ribeiro**

---

**“Na nossa vida é tudo limitado, tem grade em todo lugar. Fico muito sozinho, então, quando posso, eu gosto de conversar, isso me dá ânimo. Com tudo que é vivo eu converso, até com bicho. Tudo que é vida nós tamo agarrando”**

(adolescente do Sistema Socioeducativo de BH/MG)

**A** cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Essa deveria ser uma constatação capaz de convocar a sociedade, que de maneira indignada, a construir coletivamente uma solução permanente para a questão. Essa deveria ser a base diagnóstica para a construção das nossas políticas

A close-up photograph of a hand holding a piece of white paper with handwritten text. The text is written in large, bold, black capital letters. The top line reads 'VIDAS-N' and the bottom line reads 'IMPOR'. The background is dark and out of focus, suggesting an outdoor setting at night or in low light. The hand holding the sign is partially visible in the lower right corner.

VIDAS-N  
IMPOR

EGRAS  
RTAM

públicas. A educação precisa se debruçar sobre a questão de que 71,7% dos jovens que estão fora da escola são negros (PNAD Educação 2019). A saúde pública deveria se haver com o alerta da ONU de que no Brasil a população negra tem maior incidência de doenças que poderiam ser evitadas apenas com medidas preventivas (Fiocruz 2018). Esses são somente dois exemplos entre tantas variáveis possíveis de leitura de que, se a morte violenta é aquela que, mesmo subnotificada, apresenta dados alarmantes, está longe de ser a única forma de extermínio da população negra no Brasil.

Apresentar um projeto que tem como tema o combate à letalidade da juventude negra e periférica para a Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte é fazer uso dessa importante política para marcar a cidade com esse luto que se desdobra em luta pela importância dessas vidas. É oportunizar que os corpos e vozes de jovens negras e negros ocupem o espaço público, com financiamento público, para demonstrar como elas e eles têm lutado por sua existência mesmo com a desigualdade extrema que enfrentam. É apresentar ao poder público e seus operadores que o encarceramento e a morte não podem continuar sendo utilizados como projeto político higienista advindo do racismo estrutural que fundou a sociedade brasileira.

Assim, essa publicação-manifesto-arte, tem como objetivo destacar, como nos orientou o adolescente do socioeducativo na epígrafe, algumas formas com as quais jovens negros e coletivos artísticos-políticos-culturais vêm se “agarrando à vida” e inventando vida diante da sentença de morte cotidiana a que estão submetidos pela necropolítica brasileira. Sim, a juventude negra se recusa a morrer! E nos convida a nos juntarmos nessa invenção de tecnologias sociais, políticas e artísticas de luto, de luta e de direito à vida.

Aqui o atrevimento, tendo como matéria-prima a autoria de jovens e coletivos, é materializar o AFROFUTURISMO<sup>1</sup> como máxima inegociável de que se trata da juventude negra brasileira viva. Sem dispensar a importância das disputas intelectuais e acadêmicas que temos visto ocupar importantes lugares na atualidade, trata-se do ato de se falar em primeira pessoa, de podermos descolonizar nossos olhares e pensamentos com o que essas vozes têm a dizer em nome próprio, ou como nos disse Lélia González<sup>2</sup>: “o lixo vai falar, e numa boa!”

---

1 O afrofuturismo é uma estética cultural, filosofia da ciência, filosofia da história e filosofia da arte que combina elementos de ficção científica, ficção histórica, fantasia, arte africana e arte da diáspora africana, afrocentrismo e realismo mágico com cosmologias não-ocidentais para criticar não só os dilemas atuais dos negros, mas também para revisar, interrogar e reexaminar os eventos históricos do passado. Cunhado por Mark Dery em 1993 e explorado no final da década de 1990 através de conversas lideradas pela estudiosa Alondra Nelson. Os trabalhos semi-afrofuturísticos incluem as romances de Samuel Delany e Octavia Butler; as telas de Jean-Michel Basquiat e Angelbert Metoyer, e a fotografia de Renée Cox; os mitos explicitamente extraterrestre dos músicos do coletivo Parliament-Funkadelic, Jonzun Crew, Warp 9, Deltron 3030 e Sun Ra; e os quadrinhos do super-herói Pantera Negra da Marvel Comics.

2 Lélia Gonzalez (Belo Horizonte, 1 de fevereiro de 1935 — Rio de Janeiro, 10 de julho de 1994) foi uma intelectual, autora, política, professora, filósofa e antropóloga brasileira. Foi pioneira nos estudos sobre Cultura Negra no Brasil e co-fundadora do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ), do Movimento Negro Unificado (MNU) e do Olodum.

---

# RACISMO À BRASILEIRA

Cristiane Ribeiro

**D**urante mais de 10 anos de trabalho com política de segurança pública, na execução de medidas socioeducativas e de prevenção à criminalidade, a questão racial sempre esteve presente nos atendimentos e acompanhamentos de equipes. Presença que nomearei como paradoxal uma vez que porta, por um lado, o real dos corpos negros dos adolescentes e jovens atendidos, mas por outro, a presente recusa e negação de tornar este fenômeno questão de trabalho. Nunca estive presente em uma formação ou capacitação, entre 2005 e 2016 — período em que fui trabalhadora dessas políticas públicas —, que localizasse raça e racismos como tema central. Raça se resumia, nesses espaços, àquele dado estatístico sempre mencionado nos diagnósticos de letalidade juvenil ou da criminalidade violenta, mas nunca aprofundado no sentido de se pensar suas causas e consequências, tanto no que se refere ao público atendido, quanto às dinâmicas internas do trabalho. O racismo aparecia naquele questionamento feito por algum profissional da equipe, geralmente negro, que por constrangimento e/ou negação, não lograva produzir qualquer avanço na discussão. Em suma, esses elementos configuravam um dado a ser preenchido nos formulários e protocolos, mas que representavam sempre um hiato entre profissionais que diziam não saber como abordar essa pergunta com os jovens ou familiares, aqueles que preenchiam o dado de acordo com “sua própria percepção” e, ainda, aqueles que decidiam não preenchê-lo. Os resultados são políticas que transmitem dados não confiáveis e/ou subnotificados, incapazes de retratar a parcela da população brasileira que mais as utiliza, mas que ainda assim são alarmantes. De acordo com os dados publicados pelo Governo Federal, em 2018, relativos ao Levantamento Anual do Sistema Nacional

de Atendimento Socioeducativo, com dados referentes ao ano de 2015, em relação ao perfil dos jovens em restrição e privação de liberdade no Brasil, 61% foram considerados pretos ou pardos, 23% brancos e 14% não tiveram registradas sua raça ou cor. O que significa não ter uma cor registrada? Não foi perguntado? Não foi respondido?

No que se refere ao público atendido, o silenciamento diante da cor da própria pele não é diferente. Uma cena se repetiu inúmeras vezes durante meus atendimentos aos jovens. Quando eu perguntava como declaravam sua raça/cor, conforme é solicitado em grande parte dos formulários de atendimento, respondiam: “brancos”. Visivelmente não o eram. Ora cabisbaixos, ora sem modificar a tonalidade da voz que já respondera diversas outras perguntas, respondiam: “sou branco”. Com espanto, que fazia muita questão de trazer estampado em meu rosto, questionava: branco? E as reações eram as mais diversas. Risadas seguidas de “tô brincando, sou moreno”; silêncios e constrangimentos; familiares que estavam presentes no atendimento e que “consertavam” a resposta pelos jovens, com o que eles apenas consentiam; e outros tantos que usavam meu corpo como referência e me perguntavam “você é de qual cor?”.

O antropólogo e professor brasileiro-congolês Kanguê Munanga escreveu, em 2017, um texto intitulado “As ambiguidades do racismo à brasileira”, comparando-o ao de outros povos, como os norte-americanos e sul-africanos. O fato de o racismo no Brasil se dar de forma implícita, ou seja, nunca ter sido “institucionalizado ou oficializado com base em princípios racialistas de pureza de sangue, de superioridade ou inferioridade raciais” como naqueles países, reduz a discriminação a questões econômicas e de classe social. O autor nomeia como “inércia do mito da democracia racial brasileira”

esse modo de os brasileiros se olharem no espelho dessas outras realidades e se “perceberem sem nenhuma mácula, em vez de fitarem o próprio espelho”. Assim, perpetuamos e garantimos a manutenção dessa lógica de construção social, na qual a negação do racismo estrutural produz dispositivos cada vez mais sofisticados de opressão, violência e extermínio.

Em 2016 e 2017, retornando à Política de Prevenção à Criminalidade na gestão do Programa Fica Vivo e do Programa Mediação de Conflitos em dois aglomerados na zona sul de BH — locais onde atuei anteriormente, em 2007, como oficinaira, e em 2011 como técnica (2011) —, ampliei meu campo de atuação para além dos jovens, considerando as violências e as estratégias de sobrevivência desses jovens de maneira singular, mas também conectados/na relação com suas comunidades. O trabalho com os jovens nos seus territórios de moradia me possibilitou ampliar a reflexão sobre o genocídio e o encarceramento da juventude negra. A violência institucional, advinda do racismo estrutural, que muitas vezes impossibilita o acesso aos direitos mais básicos, produz adoecimentos que têm como resultado tantas ou mais mortes do que aquelas produzidas pela violência urbana. Na minha vivência, a organização comunitária e cultural se coloca como possibilidade de se fazer com que saídas individuais e coletivas sejam elaboradas, transformando o sujeito e o próprio coletivo.

Durante essas trajetórias, segui e sigo fazendo que o incômodo da elaboração de uma resposta singular sobre raça/cor se torne material de trabalho nos atendimentos, juntamente com outros elementos que irão produzir escolhas e projetos de vida que, possivelmente, terão reverberações políticas e coletivas. Como operar com a fragilidade e a precariedade dos laços sociais estabelecidos entre os jovens e as instituições,

começando pela própria transmissão familiar? Como operar com a descrença desses jovens de que algo ou alguém possa assumir a consistência de que eles necessitam para elaborar e sustentarem seus projetos de vida? Como construir questionamentos aos jovens sobre suas escolhas “forçadas”, buscando elaborar saídas menos devastadoras e mortíferas, nessa sentença em que a sociedade lhes apresenta como imperativa a própria morte ou a daqueles que têm a mesma cor deles?

A discussão sobre a questão étnico-racial e as violências que o racismo à brasileira produz nas vivências da população negra e periférica, caracterizando o conceito de *genocídio* formulado por Abdias Nascimento (2016), tem ocupado as construções de narrativas na atualidade. Seja por meio dos discursos de movimentos sociais ou de elaborações acadêmicas, a falência do mito da democracia racial brasileira traz consigo a necessidade de elaborações que tenham como efeito a construção de novas formas de organização social.

O racismo está implícito no fato de um conceituado restaurante na cidade de São Paulo ter o nome de “Senzala” e isso não causar incômodo suficiente para que seja impedido, conforme nos aponta Tânia Corghi Veríssimo (2017). Essa não seria uma possibilidade caso o uso fosse o nome Auschwitz. O racismo pode ser constatado, ainda, nos diversos pontos turísticos que compõem a “Estrada Real” e a “Rota do Ouro” nas Minas Gerais, repletos de elementos que aludem à escravidão e isso também não causa qualquer mal-estar que traga elementos de elaboração ou reparação.

Os dados relativos à letalidade da juventude negra ou, ainda, do feminicídio de mulheres negras são aqueles que têm se apresentado com maior destaque nas discussões acerca da problemática da questão racial vivenciada no Brasil

na contemporaneidade. De acordo com o Atlas da Violência 2019, em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios no Brasil eram pessoas negras, ou seja, 3 a cada 4 pessoas assassinadas no país do carnaval e do futebol eram pretas ou pardas. No que se refere ao fenômeno do feminicídio, o mesmo estudo apresenta um aumento, em relação a 2016, de 29,9% entre as mulheres negras e um aumento de 1,6% entre as mulheres não negras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019). Na perspectiva de que o racismo no Brasil é questão estrutural e de que o conceito de genocídio se refere a outros fenômenos para além dos crimes violentos, mesmo sendo dados tão alarmantes, outros aspectos da sua manifestação precisam ser considerados.

*O epistemicídio* — negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar — figura como uma das formas de genocídio da população negra. Desconsiderar toda forma de conhecimento produzida por essa parcela da população tem garantido que uma história anterior ao processo de escravização não seja transmitida geracionalmente. Não raro, crianças negras brasileiras têm, como memória escolar de suas origens, imagens de homens e mulheres, negros e negras, usando grilhões, em senzalas ou no interior de navios nos livros didáticos de História. Uma origem fundada na escravização. É muito recente o levantamento — e sua consequente transmissão —, de quais tribos e povos, dos diversos países do continente africano, se originaram as pessoas escravizadas e trazidas para o Brasil.

O conhecimento formal tem sido debatido como principal meio de segregação da população negra dos processos históricos, sociais e econômicos. Ações afirmativas nas mais diversas esferas de ensino e pesquisa têm sido, por meio da reivindicação dos movimentos sociais, construídas com o objetivo de produzir reparação e acesso da população negra a lugares que lhe garantam autoria na produção de conhecimento. As leis 10.639/2003 (que estabelece a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio) e 11.645/2008 (que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e cultura afro-brasileira e indígena”), apesar de não implementadas categoricamente no país, são conquistas legislativas importantes que têm o objetivo de incidir na forma de transmissão de conhecimento formal às crianças e adolescentes brasileiros.

O quilombola Antônio Bispo dos Santos (2015) localiza, no saber formal e acadêmico, o dispositivo mais eficiente do processo de colonização. Segundo o autor, na medida em que só o que está escrito tem valor, e que essa escrita historicamente foi campo estrito de domínio do colonizador, está inaugurada a segregação e as diversas formas de expropriação de bens e conhecimentos acionada na lógica da colonização. O loteamento dos espaços quilombolas e dos povos originários, ou indígenas, por meio da instauração contratual, e a evidente e esperada perda dessas mesmas terras por desconhecimento do saber dominado pelo colonizador é um dos exemplos que o autor utiliza do uso da escrita como forma de segregação e extermínio. Na contemporaneidade, a violação dos direitos que deveriam estar garantidos para

todos à medida de suas necessidades, bem como os dispositivos que decidem quem ingressa ou não nas universidades, são exemplos de que a utilização da escrita continua sendo aplicada para o mesmo fim, ou seja, para a exclusão daqueles que ainda lutam pelo status de humanidade.

Faz-se importante analisar as consequências do conhecimento tido como legítimo, considerando que esse está fundamentado centralmente no eixo eurocêntrico, restando ao mundo se adequar a esse contexto. É esse o conhecimento que funda a noção de mundo e de humano que exclui e segrega todos os outros. Podemos tomar como exemplo, uma vez que também se configura como objeto de sustentação teórica do presente trabalho, a construção da teoria psicanalítica, ou melhor, os modos através dos quais psicanalistas irão colocar essa teoria a serviço da prática clínica nos atendimentos às pessoas que irão lhes endereçar o tratamento de seu sofrimento psíquico.

O Brasil tem uma marca deletéria, que foi a escravização. De acordo com o estudo clássico de Philip Curtin (1969), estima-se que perto de 15 milhões de pessoas foram transferidas da África para as Américas, entre os séculos XV e XIX, dos quais 4 milhões foram para o Brasil. Ser o país que, no Novo Mundo, recebeu o maior número de pessoas escravizadas a partir do Tráfico do Atlântico e que, após a abolição, relegou essa mesma população à miséria extrema não é um fato que pode ser desconsiderado ao pensar na dinâmica social na qual os sujeitos se constituem psiquicamente no Brasil.

Abdias Nascimento (2016) demonstrou de forma bastante contundente que a perpetuação das relações de dominação, desde o período da escravização, sempre se valeu de diversas estratégias para dissimular sua violência e crueldade. As estratégias por ele descritas de branqueamento racial

e cultural inscrevem-se, por um lado, em discursos supostamente científicos que buscam validar a superioridade branca, mas, por outro lado, estão sempre permeadas por um silenciamento de qualquer discurso que pretenda ressaltar a violência sofrida pela população negra.

Se, em um determinado âmbito, vemos operar até hoje as estratégias apontadas por Abdias Nascimento, há também especificidades nos modos de dominação contemporâneos. Achille Mbembe (2013) apresenta os conceitos de necropolítica e necropoder para referir-se às formas contemporâneas de subjugar a vida ao poder da morte, que estariam além do conceito de biopoder proposto por Foucault (2007). Mais do que ditar quem pode viver e quem deve morrer, trata-se de construir novas existências sociais, provocando a destruição máxima das pessoas, criando-se “mundos de morte” nos quais vastas populações estariam submetidas ao estatuto de “mortas-vivas”. Em *Crítica da Razão Negra*, Achille Mbembe, de 2018, afirma o negro como um ente que comporta três dimensões: uma palavra, um nome e uma cor.

Uma palavra com consistência e densidade, capaz de provocar sensação, sentimento e ressentimento na consciência daquele a quem se destina ou a quem a ouve. Um nome que contém uma sina, nome que irá designar a posição que o sujeito irá ocupar em um espaço do mundo. Um nome que não foi escolhido pelo próprio sujeito, mas no qual, de alguma forma, esse se reconheceu na herança que quem o nomeou lhe impingiu. Como afirma Achille Mbembe:

Tal como a palavra, o nome só existe se for ouvido e assumido por quem o carrega. Ou melhor, só existe nome quando quem o carrega sente os efeitos do seu peso em sua consciência. Há nomes que carregamos como um

insulto permanente e outros que carregamos por hábito. O nome “negro” deriva de ambos. (...) Seu poder era extraído da capacidade de sufocar e estrangular, de amputar e castrar. Aconteceu com esse nome o mesmo que com a morte. Uma íntima relação sempre vinculou o nome negro à morte, ao assassinato e ao sepultamento. E, óbvio, ao silêncio a quem deveria ser necessariamente reduzido a coisa – a ordem de se calar e não ser visto.

Por fim, o “negro” como uma cor, ao mesmo tempo sintoma e destino, dotada de certas propriedades: uma recordação primitiva que remete a uma herança que ninguém é capaz de modificar, pois o negro não pode mudar a sua cor; um exterior-interior que sustenta o negro no lugar desse outro que sempre será desconhecido, ou ainda, uma revelação que somente será possível por meio de uma ocultação. “Portanto, a cor negra não tem sentido”, acrescenta o autor, só existindo “por referência a um poder que a inventa, a uma infraestrutura que a suporta e a contrasta com outras cores e, por fim, a um mundo que a nomeia e axiomatiza” (MBEMBE, 2018, p.265).

Qual estatuto de tratamento pode ser dado diante do sofrimento psíquico dos sujeitos negros com vistas à elaboração da violência simbólica racial? Os crescentes números de mortes entre a população negra poderiam ser pensados como resultado do silenciamento diante dos efeitos do racismo cotidiano nos processos de constituição subjetiva? A vergonha da cor da pele, do cabelo “ruim”, do olhar segregatório, do sentimento de inferioridade, da ocupação de lugares sociais “menores”, do inalcançável contido nos discursos meritocráticos que produzem exceções que confirmam regras. As pessoas negras que enfrentam esses e outros sofrimentos advindos da violência do racismo parecem ter dificuldades

em encontrar o espaço para suas necessárias elaborações.

O que ou quem autoriza a violência? Quais discursos ou atos são capazes de autorizar a política de segregação ou de extermínio de outros corpos? Talvez essas sejam perguntas muito amplas e com possibilidades multicausais e multifatoriais. Mas podemos nos ater a situações específicas que talvez possam fornecer pistas ou indícios de alguma relevância quanto à questão contemporânea da violência urbana e do racismo imbricado nas atuais cenas cotidianas.

A sociedade assistiu passivamente ao exército fuzilar com 80 tiros um carro dirigido por um cidadão negro, e aceitamos o argumento de um procurador da Justiça Militar de que, em “situação de guerra, atingir civis é inevitável”. Ou ainda a menina Ághata Félix, de 8 anos, assassinada com um tiro de fuzil durante uma operação da PM na periferia do Rio de Janeiro, e a resposta do Estado de que apenas revidava um ataque sofrido na ocasião. Ou João Pedro, de 14 anos, que teve a casa fuzilada com 72 tiros em São Gonçalo, no Rio de Janeiro. Ou Genivaldo de Jesus Santos, de Sergipe, para quem a Polícia Rodoviária Federal reproduziu uma câmara de gás em plena luz do dia, sem qualquer constrangimento diante daqueles que assistiam. De abril de 2021 a julho de 2022 o Estado do Rio de Janeiro viveu 40 chacinas, com 197 mortes produzidas por policiais. Quantas cenas serão necessárias para demonstrar essa face da necropolítica brasileira, que admite o extermínio de pessoas excluídas da condição de civis ou de cidadãos ou de humanos como parte de uma política de segurança pública?

Essa constatação nos faz levantar o problema da relação entre o racismo e a violência, recuperando uma discussão proposta por Abdias Nascimento, já na década de 1970, acerca do genocídio do negro brasileiro. No atual cenário da crimi-

nalidade urbana no Brasil, esse genocídio parece assumir um estatuto ainda mais grave, por materializar uma forma de extermínio que se torna cada vez mais escancarada, aceitável socialmente ou pior, convocada pela sociedade como única solução diante da crescente violência urbana.

O Desembola na Ideia – onde atuei como psicanalista por 4 anos, de 2018 a 2022 – trabalha diretamente com uma parcela desses “jovens sentenciados à morte”, adolescentes entre 12 e 18 anos, em sua maioria negros, moradores de favelas e periferias e classificados como extremamente vulneráveis ou em alto risco. Risco ou sentença, se estamos falando da parcela – nomeada por Giorgio Agamben como “vida nua” – de viventes que podem ou dos que devem ser eliminados? A questão *Por que os jovens morrem?* era o mote no Desembola na Ideia para convidar os adolescentes a se posicionarem como um grupo de risco, buscando inventar saídas, soluções individuais que pudessem significar um adiamento da morte, um pouco mais de tempo.

Para entender o alcance dessa ação, podemos pensar a representação topológica do projeto Desembola na Ideia, de acordo com seu idealizador e coordenador Musso Greco, como a de uma dobradiça que movimenta três elementos, arte-psicanálise-política, de modo que o “corpo” não se fixe, não se cristalice (afinal, sem dobradiça, uma porta vira um muro), despertando o desejo de falar mais, provocando a elaboração e acolhendo a enunciação que brota no lugar vazio do saber. A dobradiça aqui é um dispositivo de tensionamento entre os limites de cada campo, sem a imposição de um sobre o outro, ainda que estes promovam entre si uma divisão permanente, sob a forma de influência ou questionamento. E o advento de um sujeito é o que está no horizonte com esse movimento.

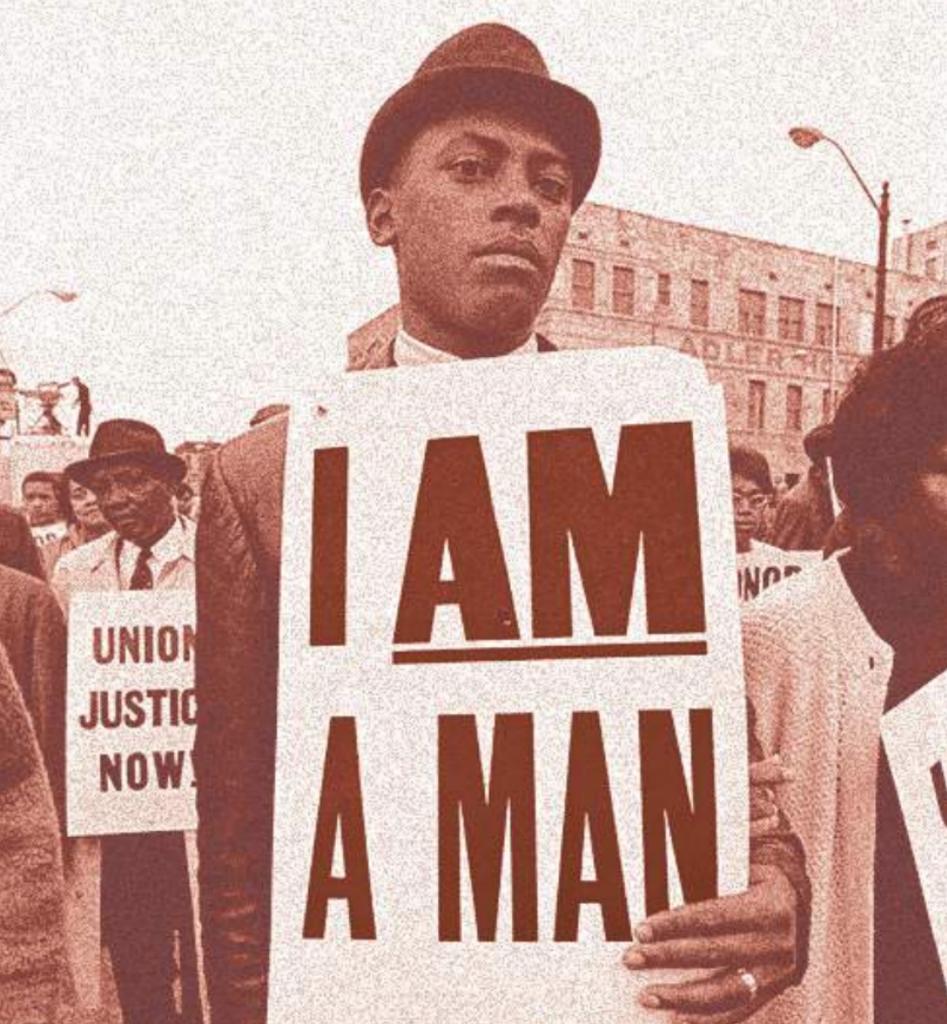
Na prática cotidiana, o dispositivo da dobradiça aparece no modo “combinado” como as atividades diárias são oferecidas aos adolescentes, em atividades em grupo em que a acolhida do participante se dá por meio de vivências artísticas, combinadas a uma roda de conversa conduzida por um psicanalista. Ou em grupos de reflexão política, espaço de discussão sobre os direitos dos adolescentes e as possibilidades de construção, individual e coletiva, de uma cidadania ativa, articulado aos Ateliês de Arte, com suas atividades de criação artística que são “catalisadoras” das experiências sensíveis dos jovens. A ação política de valorizar a voz desses silenciados força a equipe do Desembola na Ideia a permanecer em posição limítrofe entre o dentro e fora da instituição, em movimentos de dobradiça que permitem efeitos de subjetivação não só entre os adolescentes, mas também com as equipes das instituições do sistema de garantia de direitos da cidade, que também acolhem esses meninos e meninas. Isso fica mais evidente na produção de uma campanha por direitos da juventude, a #faladireito, que é desenvolvida pelo Desembola na Ideia a cada semestre.

A Arte implicada ao seu sintoma social de sua época – no caso, as situações de risco e abandono em que vivem crianças e adolescentes em um país de tanta desigualdade social, e que propiciam marginalização, exclusão e perda dos direitos fundamentais – caminha, junto com a Psicanálise, na contramão da lógica capitalista, da globalização cientificista – cujas práticas se orientam pelo enquadramento do sujeito em uma categorização universal vitimizante (sob a forma de “doenças”, por exemplo, passíveis de tratamento psicofarmacológico) – e da necropolítica, considerando a contingência de cada situação e a singularidade de cada sujeito.

Na medida em que os adolescentes vão produzindo seus

discursos e narrativas, contando também com a condução do psicanalista acerca da nomeação de realidades, territórios e comportamentos, outros elementos vão ganhando lugar. Insígnias ligadas ao jeito de andar, ao lugar de onde vêm, ao corte ou à cor do cabelo, às roupas que vestem, vão construindo o corpo “do bandido”, o corpo do qual as pessoas têm medo e que é perseguido pela polícia. Um corpo que é construído por eles próprios como um corpo que pode ser violentado e morto. Todos esses elementos podem ser problematizados pelos próprios adolescentes ou mesmo pelo psicanalista, pois se trataria então de saber: por que fazer uso daquilo que irá colocá-los em risco? Ou ainda: deixar de fazer uso dessas “marcas de bandido” pode ser suficiente para reduzir o olhar sobre esse corpo adolescente? Até que o elemento do qual não é possível se despir para justificar o olhar mortífero do Outro é anunciado por um adolescente: “véi, isso acontece porque você é preto”. O silêncio se instala e aquilo que era utilizado para identificar a morte que só atinge “quem dá mole na quebrada” parece denunciar um risco que todos os presentes correm; ser negro aumenta em ao menos 3 vezes, utilizando os dados epidemiológicos, o risco da própria morte.

Ao menos duas questões podem ser elaboradas a partir deste ponto. A primeira, que já foi brevemente mencionada, é o fato do racismo negado e recusado socialmente e escancarado pelas estatísticas ser um fenômeno tão mortífero não só no que se refere ao extermínio, sobretudo da juventude negra, mas também um importante determinante dos lugares sociais a serem ocupados pela população negra. Ou seja, quem é esse ser outro incapaz de sensibilizar uma sociedade a criar formas de protegê-lo e impedir que seja exterminado? A segunda é a surpresa dos adolescentes quando se nomeiam ou nomeiam



Manifestante de luto no King Memorial Service 1968 © Bob Adelman

outro adolescente do grupo como negro, e esse nome vem repleto de predicativos negativos que parecem não oferecer outra saída que não produzir quantos atos forem necessários até que seja confirmada sua sentença.

Lacan, nos *Outros Escritos*, em um texto de 1973, *O aturdito*, afirma que “a raça se constitui pelo modo como se transmitem, pela ordem de um discurso, os lugares simbólicos. São os lugares simbólicos que perpetuam a raça dos mestres/senhores e igualmente a dos escravos, bem como a dos pedantes”. As vivências contemporâneas demonstram a ligação entre as ações de racismo e a segregação desencadeada pelos discursos.

A topologia lacaniana pode ser considerada para pensar as formas pelas quais a dimensão racista da violência se apresenta no discurso, para além da relação imaginária intersubjetiva. Com a perspectiva de uma dupla face do simbólico, Fábio Bispo, em seu livro *Morte violenta: modalidades de apresentação no laço social*, de 2018, argumenta que a mesma lei pode funcionar como um elemento pacificador para o laço social e sustentar essa pacificação na perpetuação de uma situação de exclusão e de violência que, no Brasil, pode ter a população negra como seu alvo preferencial.

Freud, em seu trabalho *Reflexões para os Tempos de Guerra e Morte*, de 1915, já demonstrava que a tentativa de erradicação do mal na civilização estaria apoiada no mesmo impulso violento contra o qual se insurge. Ele sugere que é justamente nos tempos de guerra que o cidadão pode se dar conta, horrorizado, de uma situação apenas longinquamente cogitável em tempos de paz – a ameaça que o Estado representa ao indivíduo: “Um estado beligerante permite-se todos os malefícios, todos os atos de violência que desgraçariam o indivíduo”. Nessa referência, Freud constata que essa face violenta do Estado não é episódica ou acidental, mas uma situação estrutural que se torna patente nos momentos de exceção. Podemos, então, utilizar essa lógica para abordar a relação entre o racismo e a morte violenta de jovens no Brasil,

na medida em que alguns jovens parecem estar constantemente situados nesse lugar de exceção. Ou seja, parece que ser “negro” é uma marca capaz de fixar os indivíduos de uma população numa permanente condição de exceção na qual todos os atos que são operadores de sua eliminação são justificados.

Esse aspecto é fundamental para compreendermos como a denúncia proposta por Abdias Nascimento em seu livro *O Genocídio do Negro Brasileiro*, de 2016, em sua relação com o “processo de um racismo mascarado”, poderia ser lida hoje. Como, mesmo diante do alarmante dado de que a cada 23 minutos um jovem negro morre no Brasil e do encarceramento em massa que atinge esses mesmos jovens, ainda há dificuldades para se admitir o uso da noção de genocídio? Parte dessa dificuldade pode ser compreendida a partir de um mecanismo psíquico descrito por Freud como o *desmentido*, um processo em que o Eu se divide para preservar sua unidade, desmentindo o que pode ameaçá-lo, segundo a fórmula: “eu sei, mas mesmo assim...”. Dessa forma, Fábio Bispo aponta que a operação que observamos é quase sempre a seguinte: “no Brasil, a violência de Estado mata sobretudo jovens negros e pobres, mas ainda assim... não há racismo”.

A operação discursiva que foi constituída para que a crescente violência mortífera contra jovens negros permanesse impassível às críticas foi justamente associá-los à criminalidade violenta e ao universo do tráfico de drogas. A guerra às drogas surge, assim, como um discurso que serve à constituição de um lugar social de exclusão radical no qual vidas tornam-se descartáveis. Essa condição pode ser pensada a partir da figura do *homo sacer*, exposta por Giorgio Agamben em *Homo sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua I*, de 2010, para referir-se àquelas pessoas cuja inclusão na vida

pública é marcada unicamente pela exclusão e cuja vida e direito de viver são politicamente irrelevantes.

Célio Garcia, um psicanalista que se debruçava sobre a interface da Psicanálise com o Direito, marca a importância que a nomeação adquire nas situações de violência simbólica. Célio Garcia afirma, em seu texto *Psicologia e direitos humanos: possibilidades e desafios dessa interlocução*, de 2010, evocando uma ideia de Heidegger, que alguns nomes cumprem uma função de significantes destinais, no sentido de marcarem um tempo para além da história, ou seja, o próprio predicado já é uma ameaça para quem o recebe por marcar, de forma antecipada, um destino destrutivo. Por exemplo, numa manchete que diz “menor agride criança”, embora ela, literalmente, faça referência a duas crianças, a utilização do termo “menor” já antecipa um juízo de culpabilidade. Não é sem razão que se defende a mudança do nome dos “juizados de menores” para “juizados da infância e adolescência”. Tratando-se então das crianças e adolescentes negros, é preciso reiterar repetidamente sua condição de crianças, para a própria justiça e também para os próprios sujeitos sentenciados por essa nomeação.

Conforme nos aponta Célio Garcia, fundamentado na mais radical premissa da Psicanálise lacaniana, a saída está em não se deter nos significantes destinais e fazê-los vacilar, sustentando uma prática na qual cada indivíduo irá construir seu próprio nome, construir quantas saídas forem possíveis a partir de sua própria história. Numa entrevista que concedeu em 2012, Célio Garcia trazia a *Marcha de Selma* como exemplo da potência que a nomeação em primeira pessoa pode significar para que um ajuntamento de uns possa fazer um coletivo. / AM A MAN (Eu sou um Homem). A potência está na grafia / AM (Eu sou), estampada nas camisas e cartazes de cada sujeito

negro daquela marcha, radicalmente diferente do outro, ainda que tomados pelo mesmo movimento de indignação diante dos atos racistas da conjuntura da época.

Não há dúvidas em relação à complexidade de circunscrever os sofrimentos e operações subjetivas no processo de elaboração de saídas de cada sujeito. Apresentar qualquer saber totalizante acerca desse sujeito ou aceitar que o mesmo também se sirva somente destas para apresentar sua história é a posição que devemos recusar a qualquer custo. O risco é o da universalização abstrata de um Outro Ideal do negro – mesmo que em substituição ao mito funesto do Negro circulante no discurso racista. Trata-se, portanto, de operar discursivamente na construção a partir da singularidade, sem dar consistência à ficção do que é ser um negro. O que importa é como cada sujeito é capaz de construir-se a partir do laço social como *um*, radicalmente diferente de todos os outros.

Assim como nos ensina também o poema de Victoria Santa Cruz, *Gritaram-me Negra*, o trabalho com os jovens quando se deparam com a radicalidade mortífera contida no nome *Negro* é abrir a possibilidade de prescindir desse nome, certamente, não sem ele, mas radicalmente diferente de todos os outros.

# **Me gritaram negra,** **de Victoria Santa Cruz**

**Tinha sete anos apenas,  
apenas sete anos,  
Que sete anos!  
Não chegava nem a cinco!  
De repente umas vozes na rua  
me gritaram Negra!  
Negra! Negra! Negra! Negra! Negra! Negra!  
Negra!  
“Por acaso sou negra?” – me disse  
SIM!  
“Que coisa é ser negra?”  
Negra!  
E eu não sabia a triste verdade que aquilo  
escondia.  
Negra!  
E me senti negra,  
Negra!  
Como eles diziam  
Negra!  
E retrocedi  
Negra!  
Como eles queriam  
Negra!  
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos  
e mirei apenas minha carne tostada**

**E retrocedi**

**Negra!**

**E retrocedi . . .**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Neeegra!**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**E passava o tempo,  
e sempre amargurada**

**Continuava levando nas minhas costas  
minha pesada carga**

**E como pesava!...**

**Alisei o cabelo,**

**Passei pó na cara,**

**e entre minhas entranhas sempre ressoava  
a mesma palavra**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Neeegra!**

**Até que um dia que retrocedia , retrocedia  
e que ia cair**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Negra! Negra!**

**Negra! Negra! Negra!**

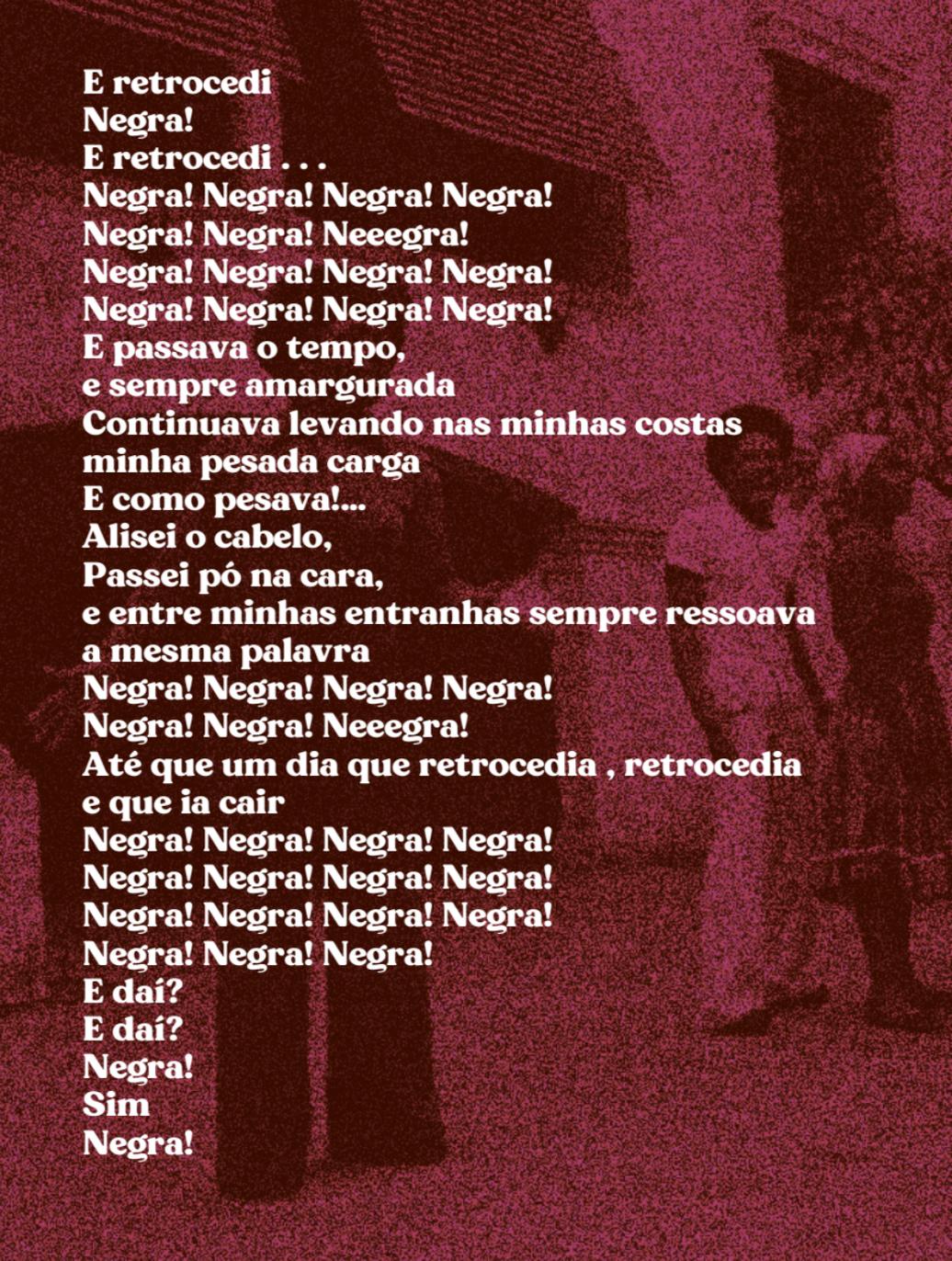
**E daí?**

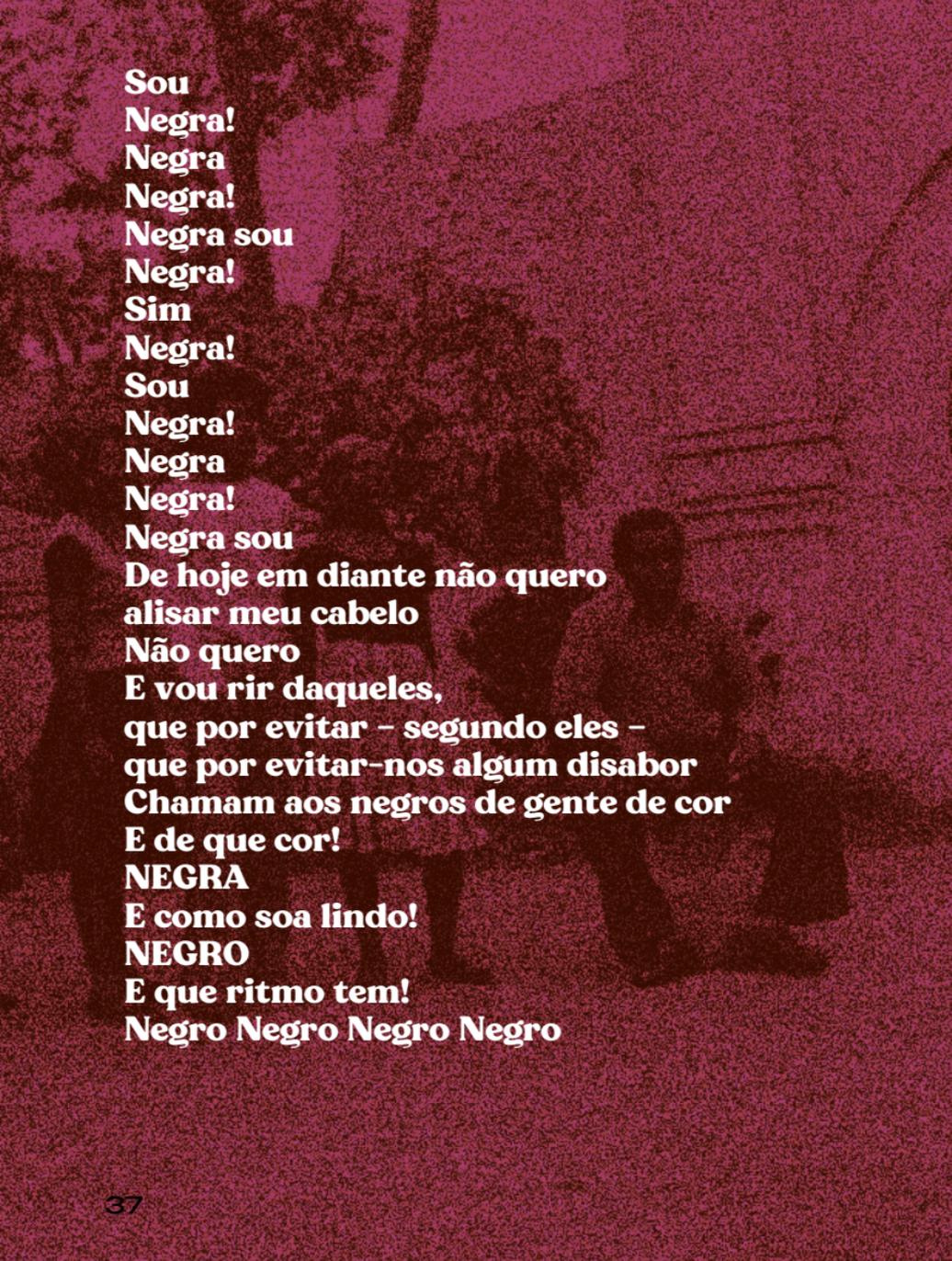
**E daí?**

**Negra!**

**Sim**

**Negra!**





**Sou  
Negra!  
Negra  
Negra!  
Negra sou  
Negra!**

**Sim**

**Negra!**

**Sou**

**Negra!**

**Negra**

**Negra!**

**Negra sou**

**De hoje em diante não quero  
alisar meu cabelo**

**Não quero**

**E vou rir daqueles,**

**que por evitar – segundo eles –**

**que por evitar-nos algum disabor**

**Chamam aos negros de gente de cor**

**E de que cor!**

**NEGRA**

**E como soa lindo!**

**NEGRO**

**E que ritmo tem!**

**Negro Negro Negro Negro**

**Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro Negro  
Negro Negro Negro**

**Afinal**

**Afinal compreendi**

**AFINAL**

**Já não retrocedo**

**AFINAL**

**E avanço segura**

**AFINAL**

**Avanço e espero**

**AFINAL**

**E bendigo aos céus porque quis Deus  
que negro azeviche fosse minha cor**

**E já compreendi**

**AFINAL**

**Já tenho a chave!**

**NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO**

**NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO**

**NEGRO NEGRO NEGRO NEGRO**

**NEGRO NEGRO**

**Negra sou!**





Transcrição do poema: [www.geledes.org.br/me-gritaron-negra-a-poeta-victoria-santa-cruz/](http://www.geledes.org.br/me-gritaron-negra-a-poeta-victoria-santa-cruz/)  
Tradução para o português: Cristiane Ribeiro





Cartazes produzidos a partir de oficinas e rodas de conversa com adolescentes em unidades de internação do Sistema Socioeducativo de Belo Horizonte para a campanha por direitos da juventude *#faladireito*, que faz parte do projeto Desembola na Ideia.



Protestos antirracistas e antifascistas se espalharam pelo Brasil no domingo.  
REUTERS / AP / AFP El País 07/06/2020





28/01/2021 <https://www.camara.leg.br/>



Manifestantes cobram o fim da violência policial nas favelas e contra o racismo no Rio de Janeiro no último 31 de maio. SILVIA IZQUIERDO (AP).  
El País 06/06/2020



Ato II Vidas Negras Importam - Foto: Matheus Guimarães



Manifestantes fazem ato em frente às 'Torres Gêmeas', no Recife, e cobram justiça por Miguel, em protesto nesta sexta-feira. LEO MALAFAIA (AFP) El País 06/06/2020



Foto: Larissa Lana / Adufop SSind. UFSM (Santa Maria) e da UFOP (Ouro Preto)



Manifestantes protestam contra o racismo e o Governo Bolsonaro em São Paulo. AMANDA PEROBELLI (REUTERS) El País 07/06/2020



Protestos antirracistas e antifascistas se espalharam pelo Brasil no domingo. REUTERS / AP / AFP El País 07/06/2020



Protesto contra o racismo no Rio de Janeiro. CARL DE SOUZA (AFP) El País 07/06/2020



Racismo tem despertado permanente e intensa preocupação e mantido em estado de alerta os mais diversos ambientes políticos e sociais internos e externos Horacio Villalobos/Getty Images VEJA 12/01/2022



Foto: Larissa Lana / Adufop Sind. UFSM (Santa Maria) e da UFOP (Ouro Preto)



Manifestação de um serviço de atenção psicossocial para adolescentes de Belo Horizonte, o CAPUT, na Passeata de 18 de maio - Dia da Luta Antimanicomial



**ATO URGENTE**

**VIDAS NEGRAS IMPORTAM**

**DOMINGO · 31/5 · 15H**  
**PALÁCIO DA GUANABARA**

Queremos o Fim das operações policiais violentas nas favelas

#VidasNegrasImportam #VidasNasFavelasImportam #SemJustiçaSemPaz

Mantenha distância de 2 metros das outras pessoas, volte para casa depois do ato, não crie aglomerações, vá de máscara. Se for grupo de risco não vá.



**ATO**

**ANTIFASCISTA**

**BELO HORIZONTE**

**07/06**

**PRAÇA SETE**

**15:00h - 16:00h**

até a Praça da Bandeira

LEVE SEU CARTAZ | USE ROUPAS DE COR NEUTRA OU PRETAS | CUBRA TATUAGENS | PRENDA O CABELO | USE MÁSCARA | LEVE ALCÓOL EM GEL | USE A SUA VOZ | TENHA FORÇA

Fotos: Redes Sociais/Reprodução



Semana de solidariedade povos contra o racismo e a discriminação racial  
Foto:Michelle Guimarães

---

# E RIR À SOLTA E NÃO MORRER

Ricardo Aleixo

Poder morrer  
Ainda no ventre  
da mulher  
que me pariu.  
E não ter  
morrido lá.

Poder morrer  
de algum veneno  
que alguém  
insufiou num fruto  
que eu menino  
colheria enquanto  
brincava sozinho.  
E não morrer.

---

Poder morrer  
Adolescente sob  
as patas distraídas  
de uma esquina  
de domingo.  
E rir à solta e  
não morrer.

Poder morrer  
num dia quente,  
tudo já seco  
por dentro, e a  
cidade e o mundo  
alheios. Não morri  
num dia assim.

Poder morrer  
de tantas formas  
e não ter morrido  
nunca nenhum  
desses tantos anos  
que eu vivo  
aqui entre  
os humanos.

---

# **O GRITO E O PRANTO TOMAM O ESPAÇO PÚBLICO:**

**Artesanias da luta  
contra o genocídio da  
Juventude negra no Brasil**

**Rafaela Pereira Lima**

---

**G**enocídio da juventude negra é uma expressão adotada por ativistas e pesquisadores para chamar a atenção para um número estarrecedor: no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado. Esse macabro fenômeno de assassinato em massa de homens negros em plena juventude decorre das profundas desigualdades sociais do país, que são fruto do racismo estrutural.

Essa tragédia não comove nem mobiliza a sociedade brasileira. Ao contrário: conforme alerta o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018), um imaginário social povoado pelo medo da violência faz com que o país seja terreno fértil para a disseminação de posições sobre o tema calcadas em intolerância e ódio. Na cobertura midiática e em discursos simplistas e preconceituosos com ampla circulação, o jovem negro e pobre é associado ao risco à violência. E, em nome da proteção do “homem de bem”, há que se recrudescer a ação da polícia, encarcerar mais e, mesmo, matar cada vez mais quem pretensamente representa uma ameaça – afinal, “bandido bom é bandido morto” (bordão muito comum nos discursos preconceituosos em circulação no país).

Assim, na controvérsia em torno do tema da segurança nas cidades, predominam na opinião pública posicionamentos reacionários, que atribuem às vidas jovens negras menor valor que as demais: elas seriam vidas sequer passíveis de luto, como trabalha Judith Butler, em *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, de 2018. Na contramão, variados movimentos de promoção de direitos se unem numa mobilização social que tem um clamor: “Vidas jovens negras importam” (expressão que faz referência ao slogan Vidas Negras Importam / Black Lives Matter, criado em 2013 por ativistas norte-americanas e que tem sido utilizado em

movimentos antirracistas de todo o mundo desde então).

Dois públicos se destacam na mobilização social brasileira de enfrentamento ao genocídio da juventude negra: os movimentos de mães e familiares das vítimas de violência do Estado e os movimentos juvenis. Estudos recentes sobre a segurança pública no Brasil (como Silva, Santos e Ramos, 2018; Landim e Siqueira, 2013) afirmam que, desde os anos 1990, esses dois atores sociais vêm paulatinamente reconfigurando o campo de mobilização em torno da problemática da violência urbana, tradicionalmente protagonizado por organizações do terceiro setor e por intelectuais de classe média. Tais estudos apontam que, com esses dois movimentos, a luta por segurança pública cidadã no país, nas últimas três décadas, vem sendo cada vez mais vocalizada diretamente pelas pessoas que vivem cotidianamente as violações de direitos.

Na pesquisa que realizo no Doutorado em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais sobre os processos comunicacionais que engendram a mobilização social no contexto acima descrito, destaco duas redes: o Fórum das Juventudes da Grande BH (rede de coletivos e entidades juvenis da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH ou Grande BH/Estado de Minas Gerais, Brasil, nascido em 2004) e a Rede Mães de Luta, que é articulada por grupos de mulheres, também de Belo Horizonte e redondezas (articulada em 2019, a rede agrega coletivos em atuação desde os anos 1990). Ambas têm como pauta prioritária o enfrentamento ao genocídio da juventude negra.

A pesquisa dirige o foco à expressão pública do Fórum das Juventudes e das Mães de Luta, que é enérgica e singular. Na mobilização das juventudes, essa expressão envolve vigorosos gritos por direitos: os jovens ocupam os espaços públicos e de decisão política de forma ruidosa, exigindo o

reconhecimento e o respeito às suas vidas. Cada evento que realizam é um momento de poesia, música, intervenções cênicas, visuais e audiovisuais nos espaços. Esse modo de dar-se a ver em público que se vale da potência das linguagens e culturas juvenis também é a tônica das diversas campanhas midiáticas realizadas pelo Fórum em seus 17 anos de existência. Nos versos de Nívea Sabino, poeta e integrante da de tal rede, essa juventude “não pede o direito à fala, vai pra rua e ocupa, escarra tudo embrulhado à arte”.

Já as mães levam a público o pranto: vestem-se com roupas estampadas com as fotos dos filhos mortos, ocupam os espaços com os elementos do luto – flores, velas, fotos, cruzeiros, além de objetos de quem morreu, mas não pode ser esquecido. Também levam os símbolos da luta – bandeiras, estandartes, faixas, músicas. A proposta de manter viva a memória dos assassinados e denunciar os processos brutais que exterminam a juventude negra é a tônica ainda de documentários, livros, campanhas e peças de comunicação criadas por essas mulheres. “Nossos mortos têm voz. Nossos filhos têm mãe”. Esse coro, que é entoado pelas mulheres a cada vez que vão para a rua, resume o propósito e a afirmação que fazem ao ocupar o espaço público.

Essas duas redes integram uma mobilização que herdaram e que deixarão como herança. Afinal, enfrentar o racismo estrutural e um genocídio é uma tarefa transgeracional: a resistência do povo negro à opressão remonta aos primórdios da História do Brasil. A denúncia explícita ao genocídio data de 1976, quando o ativista Abdias do Nascimento colocou, em *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, de 2016, a expressão “genocídio do povo negro” no espaço público, indicando o extermínio literal, social e cultural da população negra em nossa nação.

Notamos que, nas duas redes, há uma plasticidade na configuração (variação no perfil e na quantidade de integrantes), na atuação (momentos de intenso ativismo combinados a períodos de pouca ou nenhuma atividade), na articulação com outras redes e com o poder público (arranjos variados, de acordo com os temas em discussão e as ações em curso). Há, ainda, variações no formato das atividades internas (que envolvem apenas as e os ativistas) e externas (voltadas à sensibilização da sociedade). Diante das demandas de cada momento da história de interações entre os participantes e deles com os variados outros públicos, as redes adaptam o seu fazer. Essa dinâmica de adaptação contínua, que se dá ao longo da recorrência das interações e por meio das quais um ser vivo ou uma coletividade cria as condições para o próprio existir, foi caracterizada pelos cientistas Humberto Maturana e Francisco Varela, em *A árvore do conhecimento*, de 1995, como autopoiese. E o processo básico da autopoiese dos sistemas sociais, segundo Niklas Luhmann, em *Introdução à Teoria dos Sistemas*, de 2010, é a interação comunicativa.

O Fórum das Juventudes e a Rede Mães de Luta são experiências de mobilização social em que a dimensão autopoietica se destaca. São sistemas comunicativos que se autoproduzem numa história de interações, ao longo das quais constituem um universo próprio – e pleno – de sentido: uma experiência.

A pesquisa tem um eixo de investigação ligado à experiência de mobilização social construída pelas juventudes e pelas mães. Nessas duas redes, a expressão pública (ou seja, o aparecimento público; o modo de dar-se a ver em público) é construída em torno do compartilhamento da dor pelas vidas violentadas e exterminadas. Contudo, tomamos como premissa uma distinção feita por Dewey, em *Arte como experiência*, de 2010, ao discutir o conceito de experiência: a dis-

tinção entre auto exposição e ato expressivo. Dewey chama de auto exposição ao ato, quase visceral, de descarregar uma emoção bruta. Já o ato expressivo envolve modelagem do material sensível relacionado à experiência emocional crua. Há um processo de elaboração, no qual são incorporados elementos que atribuem sentido e potência comunicativa ao que se expressa.

A pesquisa vem investigando os processos de construção dos atos expressivos pelas duas redes. Construção, essa, que tem como substrato a auto exposição – o compartilhamento, entre os e as integrantes, de vivências de sofrimento. Mas, para ser levado a público, se reveste de significado a partir de uma artesanaria: de uma atividade criadora coletiva, colaborativa, inventiva e experimental. Dessa forma, para além de reconhecer que as emoções são elementos fundamentais na mobilização social, e mesmo que elas constituem as próprias apostas de luta – como bem colocou Guobin Yang em *Emotions and social movements*, de 2007 – a pesquisa se dedica a descrever e analisar os processos por meio dos quais esse material sensível é coletiva e colaborativamente moldado em atos expressivos.

O epistemicídio (a destruição de conhecimentos, de saberes, e de culturas não assimiladas pela cultura branca/ocidental, subproduto do colonialismo instaurado pelo avanço imperialista europeu) figura como uma das formas de genocídio da população negra. Desconsiderar toda forma de conhecimento produzida por esta parcela da população tem garantido que uma história anterior ao processo de escravização não seja transmitida transgeracionalmente. Não raro, crianças negras brasileiras têm como memória escolar de suas origens imagens de homens e mulheres, negros e negras, usando grilhões ou em senzalas nos livros de histó-

ria. É muito recente o levantamento, portanto a transmissão, de quais tribos e povos, dos diversos países do continente africano, as pessoas escravizadas e trazidas para o Brasil se originaram.

Antônio Bispo Santos, em *Colonização, Quilombos: modos e significações*, de 2015, localiza no saber formal e acadêmico produzido na universidade, o dispositivo mais eficiente no processo de colonização. Segundo o autor, na medida em que só o que está escrito tem valor, e que essa escrita historicamente foi campo estrito de domínio do colonizador, está inaugurada a segregação e as diversas formas de expropriação de bens e conhecimentos acionada na lógica da colonização. O loteamento dos espaços quilombolas e dos povos originários por meio da instauração contratual, e a evidente e esperada perda dessas mesmas terras por desconhecimento do saber dominado pelo colonizador é um dos exemplos do uso da escrita como forma de segregação e extermínio. E na contemporaneidade a violação dos direitos que deveriam estar garantidos para todos na medida de suas necessidades, bem como os dispositivos que decidem quem ingressa ou não na universidade, são exemplos de que a utilização da escrita continua sendo para o mesmo fim, ou seja, a exclusão daqueles que ainda lutam pelo status de humanidade.



---

# O LUTO EM CIRCUNSTÂNCIAS NECRO POLÍTICAS

Cristiane Ribeiro e Musso Greco

---

**É** preciso falar sobre mortes que poderiam ter sido evitadas se a vida negra tivesse valor nesse país. Sobre vidas nem sempre devidamente pranteadas, posto que se transformam em números que trivializam a morte. Sobre conjugar o direito público ao luto com a crítica à violência do Estado, para instituir uma separação “entre vidas que importam e vidas que pesam”. E perguntar: o luto, nessas circunstâncias ne-cropolíticas, é possível?

Em *“Luto e melancolia”*, de Sigmund Freud, o afeto do luto é definido como uma reação à perda, física ou psíquica, de um elo significativo entre uma pessoa e seu objeto de amor, numa inibição e circunscrição do Eu que é a expressão de uma exclusiva devoção ao que se perdeu. Para além dessa definição fundadora, o luto se tornou um tema crucial para diferentes domínios e perspectivas, abarcando e convocando a uma reflexão sobre a linguagem, a história e o sujeito. No caso dos assassinatos de jovens negros, o afeto, intraduzível, provocado pela morte aparece na descrição obscena da dor e do horror da morte, em todos os seus detalhes, repetida principalmente pelas mães, a cada vez, como se a cena tivesse acabado de acontecer.

Como pensar uma operação de luto de vidas destituídas socialmente de valor, uma perda não reconhecida – “ele mereceu”, “se envolveu com o que é errado” – e que, portanto, não deve ser lamentada ou chorada, já que um jovem envolvido com o crime ao morrer figura o corolário esperado e merecido diante de uma escolha de vida? Se o luto está condicionado à sua constituição como ausência e ao seu reconhecimento como falta, vidas que não são reconhecidas como perdas no espaço público – mortes de “bandidos” – não são testemunhadas nos laços sociais, obturando o saber de quem sofreu

as perdas, e perturbando o trabalho de luto.

Lacan, em *O desejo e sua interpretação*, de 1958-59, circunscreve o luto como a abertura de um furo no Real, sendo da ordem da privação e apelando ao Simbólico e ao Imaginário na busca de significantes na tentativa de elaborar-se. Diante da inexistência da falta no Real, que já compreendemos com o ensino freudiano a partir da impossibilidade de imaginar nossa própria morte, o luto só pode ser apreendido pelo Simbólico. Nesse sentido, aquilo que dá o sentido social do que motivou aquela morte – as palavras, os ritos fúnebres, entre outros – é o que se utiliza para recobrir o real da morte, fazendo coincidir o furo no Real com o furo no Simbólico.

Considerando, então, os elementos necessários para a elaboração do processo de luto, bem como a negação social dessa vida “de bandido” como passível de luto, qual poderia ser a intervenção analítica possível em um coletivo militante? Poderíamos afirmar que, por exemplo, um coletivo de mães que reivindica o direito ao luto de seus filhos, dando nomes e historicidade para essas vidas matáveis e compartilhando publicamente a dor, faz furo no universal da necropolítica de “nascidos mortos (ou para morrer)”? Se o trauma da violência política e da exclusão é uma enfermidade do laço social, e não do aparato psíquico do indivíduo, esse trauma pode ser subvertido em ato político? Alçar essas vidas a uma inscrição social que retornasse às vítimas a sua condição de sujeitos seria uma possibilidade de representar a autorização que é condição para o luto? Seriam os punhos cerrados em meio a lágrimas – práxis em lugar de páthos, acusação em lugar de lamentação – o que, fraturando a impotência, transformaria desamparo em luta política?

Esse movimento coletivo funciona como um dispositivo que conecta e articula objetos, sujeitos e afetos, aproximando

do-os e afastando-os uns dos outros, de modo que o “corpo” não se fixe, não se cristalice, mas se dobre e desdobre em qualquer coisa, e, como resto que constitui a divisão entre as posições de antes e depois de estar no coletivo, pode movimentar os laços das mães de luto com os outros eixos públicos (Estado, Justiça, cidade, luta) e privados (família, subjetividade, luto), funcionando como causa desses sujeitos, em um tensionamento entre os limites de cada campo, sem, contudo, impor um sobre o outro, ainda que estes promovam entre si uma divisão permanente, sob a forma de influência ou questionamento. E o advento de um sujeito é o que está no horizonte com esse movimento, que pode manter todos os envolvidos, ao mesmo tempo, íntimos e externos, permitindo efeitos de subjetivação não só entre as mães, mas também com quem entra em contato com suas ações ou reivindicações, escapando de uma dureza discursiva institucionalizada que a todo o momento é preciso colocar em xeque, trazendo o que é singular a um campo forjado na universalização.

A presença da Arte nesse contexto pode verificar o real e abrir passagem ao que é da existência, surgindo como uma disrupção, num instante, impossível de dizer, promovendo um deslocamento, uma espécie de giro: um pouco mais de espaço para o ato político e para o cuidado por meio da redução do espaço para o sofrimento e a dor, que poderia ter como efeito apenas o congelamento, a paralisação. As estratégias da Arte, sempre singulares, podem constituir uma resposta inédita ao Real, que faz laço com o Social, em um discurso e um estilo reconhecíveis – por se orientarem em direção à vítima de morte ou violência a quem a obra se dirige, numa tentativa de apreender o que não está mais presente – , significando, na Cultura, resistência à violência, ao luto e à memória. As políticas do luto a partir das poéticas dos artis-

tas pode propiciar à cidade uma proximidade com o real da morte, pela via do sensível, mas sem decoro, que opere como um verdadeiro *acontecimento*.

No ensaio intitulado “A Work in Mourning” (Um trabalho no luto), publicado no catálogo editado por Julie Rodrigues Widholm e Madeleine Grynsztejn da exposição *Doris Salcedo*, exibida pelo Museu de Arte Contemporânea de Chicago, em 2015, a artista colombiana Doris Salcedo fala de seu trabalho de um modo que nos interessa aqui, pois parte da singularidade da experiência vivida por seres humanos atacados pela violência política, para seguir um caminho que apaga essa experiência. Para ela, condições selvagens e intoleráveis são impostas à nossa sociedade, exigindo “a absorção em massa da humanidade de sua própria brutalidade absoluta”, o que reduz a morte de um indivíduo à sua insignificância máxima por meio da profanação:

*Com cada vida que termina abruptamente nas mãos dos instrumentos prevaletentes de poder e capital, a destruição industrial de seres humanos, que perpetua ciclos de destruição emocional em expansão infinita, registra o fim mais profundamente cruel de um ser humano que a humanidade possivelmente pode conhecer.*

O primeiro passo que a artista dá na produção de uma obra é se orientar para a vítima a quem dirige seu trabalho – cuja experiência é um pré-requisito para a própria existência da obra –, mas mantendo, durante o processo, uma distância que deixe essa pessoa intocada, e a si mesma, esquecida. Seu trabalho é sobre a memória da experiência, que está sempre desaparecendo, não sobre experiências tiradas da

vida, acontecimentos. É sobre “o vácuo gerado pelo esquecimento”, numa tentativa de apreender o que não está mais presente, na intensidade de uma imagem, articulando o que não é mais e o que ainda não é. a partir da percepção de que a arte consegue inscrever em nossa vida um tipo diferente de passagem do sofrimento à perda significativa, a experiência do luto tornou-se o princípio central do trabalho de Doris Salcedo nos últimos trinta anos:

*Durante esse tempo, permaneci imersa no luto, e meu trabalho tem sido o trabalho do luto e uma topologia do luto. A única resposta possível que posso dar diante da ausência irreparável é produzir imagens capazes de transmitir incompletude, falta e vazio.*

Doris Salcedo compara seu trabalho ao da oração fúnebre. Jean-Luc Nancy, em *La décloison (Déconstruction du christianisme)*, de 2005, escreve que a oração fúnebre “dá ao mundo arruinado sua dignidade como mundo e ao nome próprio privado de sentido dá a totalidade do sentido”. Uma obra de arte como oração fúnebre explora possíveis maneiras de formular uma poética do luto, que é o que há de mais humano na vida, tentando devolver o sentido, o significado e a forma que a violência tirou dos mortos não lamentados do passado, por meio da inscrição de atos de luto no espaço da ruptura operada pela morte. A artista trabalha numa linha muito tênue, entre as imagens da violência e as imagens e memórias de quem morreu, “no limiar em que essa ausência se faz presente, um limiar que simultaneamente separa e une essas imagens”, uma ferida intocável.

Nas imagens de alguns trabalhos esse aspecto intocável de uma ferida se evidencia. Como em *A Flor de Piel (À flor da*





A flor de piel, Doris Salcedo. White Cube Gallery  
Fonte: Derivas Analíticas n° 15/Agosto 2021

pele), de 2014, projeto que começou com a simples intenção de fazer uma oferenda de flores a uma vítima de tortura, como tentativa de realizar o ritual funerário que lhe foi negado. A obra é descrita pela artista como uma “mortalha”, “uma túnica que cobrisse os corpos torturados, que os acolhesse e os acompanhasse em sua última partida”. Mesmo partindo de eventos reais, este, como outros trabalhos de Doris Salcedo, suprime a representação direta de narrativas, preferindo a estratégia visual de uma estética mantida em suspensão, abordando o tema pela marca do que está ausente, do que permanece elusivo. O trabalho foi realizado inteiramente com pétalas de rosas que foram tratadas e preservadas e, por fim, suturadas à mão, para formar um grande manto. O grande desafio dessa obra, segundo a artista, foi encontrar um modo de deixar a vida orgânica das pétalas em um estágio de suspensão da passagem da vida para a morte, ou seja, interrompendo seu processo de decomposição. Ao procurar “a forma mais frágil de tocar o intocável” – “foi no limite da fragilidade que encontrei um corpo vulnerável” –, a artista encontrou, no processo de confecção da peça, “os limites do frágil e do mais delicado dentro da moldura da escultura”.

*A realização de A Flor de Piel representou o desafio mais difícil que já encontrei: tentar preservar as pétalas de rosa no ponto em que não estão mortas nem vivas. Tratei-as para que permanecessem suspensas entre o animado e o inanimado. Eu tricotei uma mortalha feita de pétalas de rosa que são suturadas umas nas outras. Para mim, fazer essa peça representava o objetivo inatingível de envolver corpos arrancados da vida e nunca propriamente entregues à morte. É uma peça delicada e quase sem substância. Não propriamente*

*um objeto está afastada do mundo dos objetos e, de certa forma, o que define essa peça é o nosso olhar, a nossa relação com ela. É uma mortalha fina e efêmera; é uma interface que me permitiu chegar perto dos corpos quebrados pela tortura.*

O corpo de uma pessoa desaparecida e torturada permanece entre nós, no mundo, em moléculas ou átomos, na comunidade que compartilha essa pequena parte do ser, em uma forma de presença intransponível, que avulta sobre a nossa realidade. A morte não é representável e, por isso, na Arte é substituída, não pela categoria do vazio, mas do esvaziamento. A *Flor de Piel* possibilita, assim, a ideia de aproximar-se do toque, evidenciando a impossibilidade de uma carícia, de curar ou de salvar do abismo da morte.

Em outro trabalho, *Plegaria Muda* (2008-2010), talvez, segundo Doris Salcedo, a Arte esteja representando “a morte da morte”. São cento e vinte mesas de madeira que correspondem, cada uma, ao tamanho de um caixão funerário padrão. O ímpeto para essa obra começou quando a artista embarcou em uma viagem pelo sudeste de Los Angeles, tendo antes pesquisado relatórios oficiais que afirmavam que, ao longo de um período de vinte anos, mais de dez mil jovens haviam sofrido mortes violentas nas ruas daquela cidade. Quando concentrou sua atenção sobre a violência causada por gangues do narcotráfico, Doris Salcedo se deparou com a relação obscura entre o papel do assassino e o da vítima:

*Percebi que essa troca perversa que fluía entre esses papéis era possível porque ambos habitam uma*

*área cinzenta específica de nossa sociedade, o espaço que alguns escritores chamam de “morte social” ou “morte em vida”, que é vivenciado por pessoas que vivem em áreas carentes, em condições extremamente precárias. As consequências dessas condições são tão profundamente trágicas, que se pode facilmente ver a conexão que existe entre essa chamada morte social e a subsequente morte física violenta, anônima, que é provocada por membros dessas comunidades. As condições que geram essa morte social são semelhantes em todo o mundo, seja em Los Angeles ou Bogotá.*

Em *Plegaria Muda (Oração silenciosa)*, Doris Salcedo tenta articular uma série de eventos violentos que determinaram a espiral ininterrupta de violência fratricida que marcava igualmente a violência de gangues e as guerras civis em todo o mundo. *Plegaria Muda* é sua resposta aos acontecimentos ocorridos na Colômbia entre 2003 e 2009, durante os quais dois mil e quinhentos jovens de áreas carentes foram assassinados pelo exército colombiano e apresentados como “guerrilheiros não identificados dispensados em combate”. Durante meses, a artista acompanhou um grupo de mães que procuravam seus filhos desaparecidos, localizando algumas sepulturas nas quais haviam sido abandonados, anônimos, indistintos, empilhados, “assassinando até mesmo o espaço da própria morte”. Em face da morte, o fim da esperança sobrevive como luto, como sinal da infinita incompletude da nossa relação com a morte:

*A morte de cada um desses jovens gera uma ausência e cada ausência exige que nos responsabilizemos por aqueles que foram ausentados à força. Visto que*

*nosso relacionamento com eles não termina com sua morte, a única maneira pela qual eles podem existir está dentro de nós; nossa relação com eles não termina com suas mortes, ela continua como dor. [...] A Colômbia é o país dos mortos não enterrados e tem centenas de valas comuns não identificadas, onde os mortos permanecem anônimos. Por isso mesmo inscrevi a imagem da sepultura nessa peça [Plegaria Muda], criando um espaço de recordação, um cemitério que abre um espaço para cada corpo. [...] Plegaria Muda destaca cada tumba individualmente, apesar de nenhuma delas conter a marca de um nome. Cada peça foi lacrada e tem um caráter individual, como se tivesse tido um ritual funerário. A repetição implacável e obsessiva do túmulo enfatiza a repetição dolorosa de mortes desnecessárias.*

Outro trabalho de Doris Salcedo é uma instalação, *Acción de duelo (Ação de luto)*, montada no centro de Bogotá, na Plaza de Bolívar, em 2007, na qual quase vinte e quatro mil velas foram acesas, em resposta à morte dos deputados do Valle del Cauca que foram feitos reféns em 2002. A Ação consistia em primeiro colocar essas velas de uma maneira bem específica, de forma reticular, e depois fazer com que as pessoas se juntassem, durante seis horas, humanizando uma situação política de violência pelo ato de prantear os mortos.

Talvez o uso possível da Arte como ação política seja o desse *escoamento*, na perspectiva de resto de uma operação de dobra sobre a linguagem na ação do coletivo, na certeza de que a dor será presença, mas que podemos construir outros objetos e discursos para reduzi-la - às vezes um pouco mais, noutras um pouco menos - na medida do desejo de saber e da

autorização de cada sujeito. Alguns intervalos. Algum “entre”  
ante um Real que é indizível.



Plegaria muda, Doris Salcedo, MUAC  
Fonte: Derivas Analíticas n° 15/Agosto 2021



Acción de duelo, Doris Salcedo, MCA Chicago  
Fonte: Derivas Analíticas n° 15/Agosto 2021



---

# **MEMORIAL PELA VIDA DA JUVENTUDE NEGRA**

**Marcos Antônio Cardoso**





Foto: Eustáquio Silva

Morri tantas vezes

mas sempre renasço  
ainda mais forte

corajoso e belo  
– só o que sei é ser.

Sou muitos, me espalho  
pelo mundo afora

e pelo tempo adentro  
de mim e sou tantos

que um dia eu faço  
a vida viver.

**Ricardo Aleixo, Na noite Calunga do bairro Cabula**

**O** Memorial pela Vida da Juventude Negra é um projeto político de fomento e convergência de ações civis solidárias cujo objetivo é reunir cidadãos belorizontinos na defesa pela vida. Trata-se de um projeto que iniciou seu curso em dezembro de 2017 no Centro de Referência da Juventude (CRJ), reunindo grupos e indivíduos interessados no tema do genocídio das juventudes, com enfoque na juventude negra, pobre e periférica. A ideia era criar colaborativamente uma instalação artística de impacto e de caráter permanente no CRJ, para dar visibilidade aos dados alarmantes sobre o genocídio de jovens na capital mineira e sensibilizar a sociedade no sentido de amplificar a voz das famílias e amigos de jovens assassinados, trazendo à luz os nomes e as histórias que foram interrompidas pela violência. Essa ação propulsora teve a aprovação de um recurso no Fundo Municipal de Cultura, que permitiu sua viabilização em 2018.

Demos nosso primeiro passo com a constituição de uma Comissão Permanente de Trabalho para a condução coletiva do projeto, composta, após ampla divulgação, pela sociedade civil (indivíduos, representações dos coletivos juvenis), por membros do poder público (agentes da segurança pública, profissionais da saúde, da assistência social e da educação) e por pesquisadores da Universidade. Em seguida, desencadeamos no CRJ um processo interno de análise e diagnóstico das regiões e territórios onde o projeto Memorial pela Vida da Juventude Negra seria executado, de discussões referentes à metodologia de desenvolvimento, definição das instituições parceiras e dos atores sociais, do registro do acompanhamento e da evolução do projeto, da qualificação das melhores práticas e dos indicadores operacionais etc. A segunda ação do projeto baseou-se na organização de um Grupo de Tra-

balho Busca Ativa, focado na coleta de informações, dados, mapeamento e levantamento de casos envolvendo as famílias e conhecidos de jovens assassinados. Este Grupo de Trabalho foi constituído por meio de edital de seleção por jovens moradores nos territórios com alto índice de vulnerabilidade juvenil das 9 regionais administrativas de Belo Horizonte, que receberam uma Bolsa para atuar nas pesquisas de campo nestes territórios. Os jovens selecionados participaram ativamente de um processo intensivo de formação no qual foram apresentadas e discutidas temáticas e questões referentes ao genocídio da juventude negra como o racismo estrutural, a História do povo negro no Brasil, a articulação entre raça, território, segurança pública e violência do Estado, bem como sobre a análise de dados da letalidade dos jovens negros no Brasil e em Belo Horizonte. Para concluir a formação foram capacitados em metodologia de pesquisa científica por meio da participação de um coletivo de jovens estudantes e acadêmicos da UFMG. Os jovens pesquisadores do GT Busca Ativa contaram também com a parceria fundamental do Programa Fica Vivo e da rede de Centros de Referência de Assistência Social do município. Concomitante ao desenvolvimento das pesquisas nos territórios com familiares e amigos dos jovens vítimas de homicídios, foi estratégico desencadear a realização das Ações Formativas e das Ações Artísticas nos territórios contatados pela pesquisa do projeto.

Nossa intenção não era saber ou conhecer as circunstâncias da morte dos jovens, mas capturar suas histórias de vida, por meio de relatos de familiares e amigos. As ações formativas e as ações artísticas visavam o fortalecimento de agentes e coletivos locais por meio de debates e rodas de conversa no CRJ nos territórios sobre temas relacionados ao genocídio da juventude negra, e no caso das ações artísticas, apresentações

teatrais, de dança e circo, exposições, gravação de CDs, performances musicais, exibição de filmes, saraus, entre outras ações de cunho artístico da cultura hip hop que dialogassem com a temática do projeto, dentro da programação do CRJ e dos espaços culturais existentes nos territórios.

A articulação de um Núcleo de Criação Artística foi a concretização da primeira etapa do projeto e nossa última ação rumo à construção coletiva de um símbolo de resistência, que traz alento à dor e ao luto das famílias, além de impactar a cidade no seu projeto para o futuro. A Arte pode ser um meio de transformação, e a construção do Monumento num processo de criação colaborativa, sob a orientação e supervisão técnica do artista plástico mineiro Jorge dos Anjos, apostou nisso, na transformação das políticas públicas integradas de segurança pública, educação, cultura, trabalho e mobilidade urbana na garantia de uma vida sem discriminação e violência.

Entender o que se pretende com a Arte junto a ações militantes nos faz interrogar qual é seu lugar para os jovens negros e para as pessoas diretamente envolvidas nas ações desse projeto. O que pudemos perceber, inequivocamente, foram as expressões artísticas como possibilidade de conexão com as questões sociais vivenciadas pelos jovens e com os processos de afirmação da identidade negra. Além disso, a importância da metodologia que utilizamos está em trazer os jovens para a discussão do sentido histórico e político de cada ação, repercutindo em sua própria problemática de vida. A experiência da Arte permite uma ressignificação do mundo de cada um. E quando a Arte está a serviço de um processo político, por meio da criação de um monumento, isso se amplia na escala do cidadão, para além do individual e do subjetivo.

Um monumento é algo feito para fazer recordar, um legado à memória coletiva que pode perpetuar a recordação do

passado. Os monumentos são representações materiais que fortalecem uma determinada identidade social, mas como construções sociais, politicamente concebidas, são portadores de ambiguidades: podem celebrar ou denunciar o passado. Esse não é o caso do Memorial pela Vida da Juventude Negra de Belo Horizonte, cujo monumento, denuncia histórias trágicas do presente e, ao mesmo tempo e sem ambiguidade, simboliza a luta, a celebração e a defesa da vida.

O monumento criado para o Memorial foi uma árvore, Aya Árvore da Vida pela Vida, baseada nas histórias que rondam a vinda dos negros africanos para o Brasil no processo de colonização, e que narram o ritual do esquecimento das raízes e identidades para então atravessar o Atlântico, em voltas dadas em torno da Árvore do Esquecimento antes do embarque para as Américas. Laurentino Gomes, em seu livro *Escravidão*, conta sobre a história da árvore do esquecimento como sendo o baobá. Na África Ocidental, existe uma estrada em Ouidah, na República do Benim, que ficou conhecida como “rota dos escravos”. Ao lado dessa estrada, havia uma baobá. Antes de os escravos subirem nos navios negreiros eles davam voltas ao redor da árvore – os homens davam nove voltas e as mulheres, sete –, na crença que esse ritual de despedida os faria esquecer de seu passado, memórias e divindades, em busca de um novo caminho, anulando o que as pudesse fazer se rebelar contra o trabalho escravo. Aya Árvore da Vida pela Vida, de Jorge dos Anjos, foi inspirada na Árvore do Esquecimento, mas se esta é esquecer, a outra, uma árvore da Memória, é para ninguém nunca esquecer. Inspira-nos a nos reconectar à nossa história e à nossa ancestralidade, como um símbolo materno da natureza, ligado a terra e ao céu, como símbolo da relação das mães e a memória da vida dos seus filhos assassinados pelas balas das armas de fogo.

Como parte da obra, que tem 4 metros de largura e 6 metros de altura, Aya Árvore da Vida pela Vida recebeu dos jovens participantes das oficinas do Núcleo de Criação Artística do Memorial, grafadas, desenhadas e esculpidas, palavras fortes, para sempre marcadas em aço oxidado: Mãe, Dor, Ancestralidade, Corpos Negros, Fé na Diáspora, Não ao Genocídio da Juventude Negra, Vidas Negras Importam, Parem de nos matar, Combinamos de não morrer, Racismo que fere e mata, Juventude Negra Viva, Nunca esqueceremos, Resistência, Esperança, Vocês não estão sozinhas, Pretas e Pretos - Quem são seus ancestrais? Sangue Preto, Árvore da Memória, Povos Indígenas, Luto pela Vida, Tanta vida prá viver, A bala não nos cala...

Registrar a história da população negra no Brasil é uma ação fundamental para que a violência e as privações sofridas não se perpetuem. Foi a partir da ideia de desconstruir essa invisibilidade e da necessidade de trazer à tona o máximo de histórias de vida possíveis, que o Centro de Referência da Juventude abraçou o projeto Memorial pela Vida da Juventude Negra. Se os corpos negros são os principais alvos da necropolítica, do direito soberano do Estado e dos indivíduos em matar, e vistos como a carne mais barata do mercado, as balas não mais calarão a dor dessas mulheres que ousam afirmar o direito à vida, ao luto e à memória de seus filhos. O Memorial pela Vida da Juventude Negra simboliza esperança e solidariedade ativa para com as mães que perderam seus filhos vitimados pela violência. É um gesto de afeto para que elas não se sintam sozinhas e para que seus filhos não sejam esquecidos. Sim, vidas negras importam, nossos corpos nos pertencem e nossas vidas merecem respeito e dignidade.

---

# MILITÂNCIA E POLÍTICA:

**Modos particulares de  
luta pela singularidade**

Fábio Santos Bispo

---

**E**sta palavra, militância, sempre é recebida de forma ambivalente pelo povo de modo geral. Isso também acontece com a palavra política, ainda que de forma diferente, geralmente sendo relacionada à noção de politicagem e defesa de interesses particulares. Mesmo entre os jornalistas e comentaristas de política, o termo retorna de forma pejorativa: Fulano quer politizar o orçamento, ou quer politizar a saúde, ou, para acentuar ainda mais o paradoxo, quer politizar as eleições. Não precisa muito esforço para compreender que o orçamento, a saúde e, obviamente, as próprias eleições, são questões públicas, eminentemente políticas. Por vezes, entretanto, esse sentido pejorativo ligado à politicagem parece corroer tanto a palavra, que acabamos sustentando um equivocado movimento de despolitização que deslegitima a luta contra as opressões e desigualdades.

Uma das palavras que participam dessa deslegitimação é a própria noção de militância, que passa a ser sinônimo de particularismo, identitarismo e carência de reflexão ou sofisticação teórica. Gostaria de retomar, pois, essa palavra, em sua relação com a política, para um exercício de pensamento sobre sua importância na vida do povo brasileiro e na luta pela superação das violências e desigualdades. Podemos ver como, de forma sub-reptícia, o racismo opera desvalorizando as lutas das classes trabalhadoras e do povo negro, como forma de minar justamente sua força de transformação.

A psicanalista Neusa Santos Souza, em seu livro *Tornar-se negro*, de 1983, utiliza a noção de militância para apontar uma saída para o negro em ascensão social que lhe parece mais promissora do que submeter-se à pressão de embranquecimento exercida pelo Outro – materializado nos diversos espaços sociais. Ela recolhe essa saída da experiência das

entrevistadas em sua pesquisa, que lhe mostra apenas dois caminhos alternativos: o adoecimento ou o estabelecimento de laços afetivos e amorosos que aproximem a pessoa negra da branquitude exigida. Carmem, uma de suas entrevistadas, diz ter feito uma boa troca: “Substituí bem o C. pela militância política”. Correia, outro entrevistado, afirma o caráter imperativo da militância: “o negro tem que tomar posição [política]” e, finalmente, Alberto, conta que o seu trabalho “passou a ser mais vestido com as roupas da negritude”, acrescentando ainda uma expressão muito significativa: “a meu modo”! A leitura que Neusa Santos Souza faz dessas experiências é bem evidente, destacando a militância política como um “lugar privilegiado de construção transformadora da história”.

Se a Psicanálise opera uma redução dos ideais a um ponto de vazio, não é certamente para flertar com o niilismo, mas para que o vazio do saber seja capaz de acolher e escutar o caráter pulsante da existência. Lacan, no Seminário 19, de 2012, utiliza a noção de *objeto* para representar esse ponto de vazio, advertindo para que o analista não se coloque como modelo e permita a emergência do dizer do sujeito. Isso não implica uma operação neutra, mas operar com o saber de forma a interrogar sua estrutura alienante de dominação. Da mesma forma, quando fala de militância, Neusa Santos Souza mostra justamente o oposto de uma alienação. Ela destaca a afirmação da negritude – em expressões como configurar “um rosto próprio..., (...) afirmar sua existência..., marcar o seu lugar...” ou “construir uma identidade negra” – como uma tarefa eminentemente política que, em suas palavras, “exige como condição imprescindível a contestação do modelo advindo das figuras primeiras – pais ou substitutos – que lhe ensinam a ser uma caricatura do branco”. Trata-se, pois, de afirmar uma ruptura com um pretense universal hegemônico

que beneficia somente a branquitude, “rompendo com esse modelo”. A análise deve ser, então, um espaço de acolhimento dessas vozes e de fomento de seu caráter insurgente.

É importante notar que a psicanalista situa a ruptura não somente no campo público, mas também no campo subjetivo, já que a violência do apagamento das referências da negritude se vale de todos os espaços, subjetivos e sociais, para arrancar do negro a possibilidade de lutar “a seu modo”, ou seja, lutar pela singularidade. Nesse sentido, a militância exige um primeiro movimento de ruptura, de desalienação, que é tanto mais difícil quanto mais solitário precisa ser realizado. Várias autoras negras, como Conceição Evaristo e Cristiane Ribeiro, nos ensinam o quanto o resgate dessa singularidade não é um movimento narcísico, mas um movimento político e, portanto, não desvinculado da coletividade e da ancestralidade. Gostaria de retomar algumas dessas referências para resgatar o valor político da noção de militância.

Começo pela *escrivência* de Conceição Evaristo, pois, para mim, ela junta arte, cultura e militância de um modo particularmente negro. “Quando me debruço para construir uma ficção, uma narrativa ou um poema”, nos conta a autora, “não me desvencilho da minha condição de cidadã, negra, brasileira, viúva, mãe de Ainá... Toda a minha subjetividade é a subjetividade da escritora”. Trata-se de um trabalho que, em vez de negar as origens, as vivências e as particularidades, toma-as como via para aceder a uma experiência, de modo único e próprio, que se abre para a coletividade. A singularidade de Conceição Evaristo é uma encruzilhada de suas particularidades que emerge em sua criação artística. Partindo de uma experiência bem específica de uma afro-brasilidade, ela diz que intenta abarcar um sentido mais amplo de humanidade. Não uma humanidade abstrata e excludente,

mas uma humanidade plural e diversa que tem uma causa política bem explícita: “borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas”. Não se trata de algo muito próximo do que escuta Neusa Santos Souza quando vislumbra a militância como contestação dos modelos e das caricaturas do branco?

Não ignoramos que, apesar dessa face subversiva da militância, colocar-se nesse lugar não é nada fácil, principalmente para intelectuais negras. Na apresentação de um livro das pesquisadoras mineiras Constância Lima Duarte, Cristiane Côrtes e Maria do Rosário Alves Pereira sobre a obra de Conceição Evaristo, *Escrevivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo*, de 2016, encontramos um comentário que enfatiza seu valor justamente demarcando que ela não se deixa “cair na cilada da idealização ou da militância”. Talvez a militância como idealização possa de fato ser pensada como uma cilada, principalmente uma cilada que o racismo interpõe no caminho das pessoas negras. A própria Evaristo dá testemunho disso, quando denuncia, numa entrevista, os preconceitos contra autoras negras:

*Antes de lerem nossos textos já fazem um pré-julgamento, ou dizem que a autoria negra é uma autoria de militância. Mas é preciso conhecer os textos. Peça muito para as pessoas que não leiam apenas minha biografia, porque ela é importante sim, porque ela contamina meu texto, mas por favor leiam meu texto.*

Conceição Evaristo não nega a militância que se inscreve no seu texto e pelo seu texto, mas ela não se deixa reduzir a essa faceta. Frequentemente escutamos de pesquisadoras

e professoras negras essa experiência de ter seu trabalho reconhecido somente em relação à temática do racismo. A própria Neusa Santos Souza passava por isso, quando se recusava a falar de seu livro *Tornar-se negro*, dentre outras razões, justamente para se contrapor a esse reducionismo. Ou, para não lidar com o tema do racismo e da racialidade, as instituições (brancas) situam essa problemática como temas exclusivos de pessoas negras. O defeito, então, não é da militância, mas de sua idealização ou de sua depreciação racista, como “coisa de preto”. Conceição Evaristo é militante, mas ela é também escritora, professora, filha, neta e mãe de Ainá. Sua criação, a escrevivência, é única e singular, tem se expandido para acolher experiências diversas e inspirar outras tantas vozes e escritas. Ela não fica presa na sedução de genialidade ou originalidade que o singular pode sugerir, mas busca ampliar a experiência de insurgência inspirando e deixando-se afetar por outras vozes.

A escrevivência de Conceição Evaristo serviu de inspiração, por exemplo, para psicanalistas, como Cristiane Ribeiro, que, em seu livro *Tornar-se negro, devir sujeito*, de 2022, encontrou uma forma de subverter a imagem de uma atuação vazia e abstrata, exercendo o gesto ousado de afirmar sua militância em torno de causas que, do vazio cavado no saber, permitem acolher experiências múltiplas: de mães negras que enfrentam a violência policial, de pessoas em situação de rua, de mulheres que sofrem violências, de pessoas trans, de imigrantes, de moradores de favelas e periferias, dentre outras

Cristiane Ribeiro (2022) fez um trabalho de pesquisa que resgatou o lugar da militância na constituição subjetiva da negritude, a partir da trajetória da intelectual e ativista do Movimento Negro Benilda Brito. Ela retoma, cerca de trinta anos depois, a escuta de Neusa Santos Souza acerca do lugar

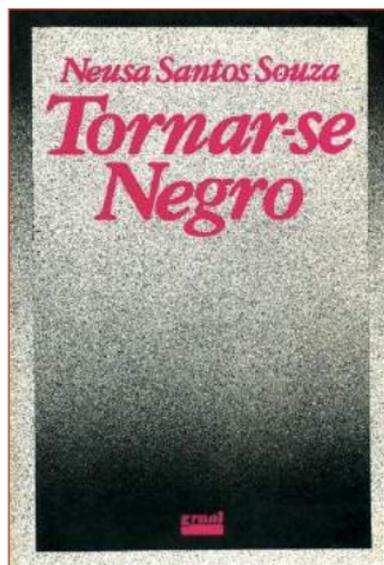
da militância como saída para romper com a alienação ao Ideal de Eu Branco e investiga como esse processo de tornar-se negra pode ocorrer na experiência de uma mulher preta, advinda de uma família de militantes. Ela constata o “lugar da militância não como uma saída universal, mas como algo que porta uma experiência singular de formação e transmissão”. É possível apreender, a partir da escrevivência de Cristiane Ribeiro, certa conexão entre a experiência de Benilda Brito e sua própria experiência na atuação junto a coletivos de mães periféricas que tiveram seus filhos assassinados na Rede Mães de Luta MG.

Outros coletivos de mulheres pretas também se valem da escrita para resgatar, no âmbito de seu território, as histórias e memórias de seus filhos mortos pela violência racista do Estado. *Nossos mortos têm voz*, anuncia o documentário de 2018 dirigido por Fernando Sousa e Gabriel Barbosa, que apresenta narrativas de mães e familiares vítimas da violência policial na Baixada Fluminense. O Movimento Mães de Maio publicou, em 2019, o *Memorial dos nossos filhos vivos* para contar as histórias das “vítimas invisíveis da democracia”, numa literatura que é ao mesmo tempo negra, militante e subversiva. Também o Movimento de Mães e Familiares do Curió, com a coletânea *Onze*, de 2021, segue a inspiração de Conceição Evaristo e utiliza a escrita coletiva para enfrentar a violência.

Encerro apresentando esses exemplos para que tenhamos consciência de que toda vez que utilizamos nosso suposto saber para deslegitimar a militância de grupos que lutam por justiça, acabamos reforçando as forças opressoras. Algumas causas, mais vinculadas ao colonialismo e à branquitude, podem se dar ao luxo de valer-se da afirmação cristã que diz “quem não é contra nós, é por nós”. Para na luta contra o racismo e a violência dele decorrente é preciso um

posicionamento político mais assertivo e decidido. A máxima então precisa ser invertida: *quem não é por nós, é contra nós*, no sentido de que não fazer nada é atuar a favor da opressão; ou, como adverte Ângela Davis, “numa sociedade racista não basta não ser racista. É necessário ser antirracista”.









Capa Jornal EXTRA. 20 de Maio de 2020.



Protesto em lembrança de 1 ano da Chacina do Jacarezinho. 06 de Maio de 2002. Foto: Selma Souza



Foto: Daniel Arroyo. Ponte Jornalismo

---

# Seu negro

Ricardo Aleixo

Sou o que quer que você pense que um negro é. Você quase nunca pensa a respeito dos negros. Serei para sempre o que você quiser que um negro seja. Sou o seu negro. Nunca serei apenas o seu negro. Sou o meu negro antes de ser seu. Seu negro. Um negro é sempre o negro de alguém. Ou não é um negro, e sim um homem. Apenas um homem. Quando se diz que um homem é um negro o que se quer dizer é que ele é mais negro do que propriamente homem. Mas posso, ainda assim, ser um negro para você. Ser como você imagina que os negros são. Posso despejar sobre sua brancura a negrura que define

---

um negro aos olhos de quem não é negro. O negro é uma invenção do branco. Supondo-se que aos brancos coube o papel de inventar tudo o que existe de bom no mundo, e que sou bom, eu fui inventado pelos brancos. Que me temem mais que aos outros brancos. Que temem e ao mesmo tempo desejam o meu corpo proibido. Que me escarpelariam pelo amor sem futuro que nutrem à minha negrura. Eu não nasci negro. Não sou negro todos os momentos do dia. Sou negro apenas quando querem que eu seja negro. Nos momentos em que não sou só negro sou alguém tão sem rumo quanto o mais sem rumo dos brancos. Eu não sou apenas o que você pensa que eu sou.

---

---

# ARTE, CULTURA E AFIRMAÇÃO DA JUVENTUDE NEGRA

Larissa Amorim

**T**rago aqui uma pequena partilha de reflexões desenvolvidas a partir de vivências nos movimentos sociais, de Juventude, no Movimento Negro e na gestão pública.

Quando eu comecei a lutar e a escrever, eu ainda era jovem. Nos idos de 1996 a partir do MNU (Movimento Negro Unificado) e Movimento de Juventude Negra e Favelada, comecei a entender em meu próprio corpo o que o Movimento Negro apontava desde décadas anteriores. Abdias do Nascimento, no livro *Genocídio do Negro Brasileiro*, de 1978, já enfatizava que “as feridas da discriminação racial se exibem ao mais superficial olhar sobre a realidade social do país”.

Na academia e nos movimentos sociais o conceito de juventude, como conhecemos hoje, com a consistência necessária para impulsionar a elaboração de políticas públicas, ainda estava em processo de elaboração. De lá para cá muito tempo passou, muita vida correu, e infelizmente a morte permanece presente, assombrando a vida da gente, que ainda jovem precisa enfrentar o genocídio em suas múltiplas expressões cotidianas.

Na verdade o que nos assola não é em si a morte, mas, sim, o impedimento e a impossibilidade da vida, o não viver e o extrair a vida de forma inesperada, desrespeitosa, dolorosa e violenta. Morte e vida, nas cosmopercepções de matriz africana, são como dois seres que dançam juntos e em sintonia. Cada um no seu tempo, no seu ritmo, faz seus passos e desenvolve a sua coreografia singular. Complementares e interdependentes, as coreografias desenvolvidas na dança da vida e da morte podem ser também movimentos de construção, de autonomia e emancipação em múltiplas dimensões, e não somente dor e devastação, como temos experienciado a cada ato de extermínio de vidas negras por todo o país.

Nosso direito de existir tem sido impedido com a utilização de medidas sistemáticas deliberadas e financiadas pelo Estado e também por outras instituições. A desintegração das instituições negras foi iniciada com o processo de sequestro do povo africano para o território brasileiro e para outras partes do mundo, mas atravessa o tempo e o espaço se materializando em relações atualizadas constantemente. É possível perceber essa desintegração quando observamos, por exemplo, a forma como o Estado brasileiro trata os terreiros de candomblé e outras religiões de matriz africana, a expulsão desses terreiros de seus territórios e o tratamento tributário e fiscal diferenciado oferecido apenas para igrejas evangélicas. Também percebemos essa desintegração das instituições negras quando observamos a forma como os bailes funks e outras organizações culturais da Juventude Negra têm sido criminalizadas e perseguidas.

Individual e coletivamente, temos sido impedidos de viver quando nossas referências positivas são invisibilizadas na história e nas comunicações, quando a escola nos expulsa por se converterem em um espaço de profundas violências raciais, quando a violência policial é naturalizada, quando o acesso indiscriminado a armas é permitido, quando o sistema prisional e de justiça operam por seleção racial, organizando hierarquicamente os corpos brancos e negros em posições de poder que reproduzem o sistema escravocrata, quando mães negras têm que enterrar seus filhos jovens vitimados em homicídios que não serão investigados.

Ao observar todas as estatísticas do país a partir de uma perspectiva racializada é possível perceber essa desintegração se repetir na elaboração de duas realidades distintas, a do Brasil dos brancos e a do Brasil dos pretos. Violência tão escancarada e tão agressiva que para muitos é difícil reco-

nhecer sua existência.

Na tentativa de ampliar o campo de possibilidades para enfrentamento ao genocídio a partir da incidência nos diferente espaços, ocupei gestão pública em duas posições significativas: a política de Juventude em nível municipal em Belo Horizonte e a política de juventude em nível federal. Nesses diferentes espaços pude contribui para o desenvolvimento de políticas públicas para a juventude com foco na juventude negra, priorizando ações e processos necessários para enfrentamento genocídio. Tais experiências me permitiram conhecer dimensões complexas das dinâmicas do genocídio e sua operação dentro e fora das instituições.

Relembrando tudo que vivi, senti e acessei nesses anos de atuação com políticas de juventude, gostaria de compartilhar algumas reflexões sobre pelo menos duas dessas dimensões complexas.

A primeira, o desafio de produzir políticas públicas efetivas para enfrentamento ao genocídio da Juventude negra. E a segunda, a construção subjetiva de processos de (r)existência da juventude negra. Escolho tais dimensões porque ambas se conectam em um ponto de potência da arte e da cultura como afirmação da vida.

Muitas são as possibilidades de elaboração, implementação e replicação de políticas públicas para/com/de juventudes. As possibilidades se ampliam ou se restringem pela disponibilidade de recursos orçamentários, orientação política de cada gestão, pela presença ou ausência da participação popular. É preciso ter nitidez desses elementos e ao mesmo tempo é preciso ressaltar que a estrutura do Estado brasileiro se estabelece no racismo patriarcal, ou seja, o Estado brasileiro e toda sua burocracia foram organizados por pessoas brancas para pessoas brancas, fiéis aos privilégios

a branquitude e naturalizadamente comprometidas com a implementação de práticas genocidas.

Nesse contexto, a elaboração de políticas públicas que efetivamente contribuam para a prevenção das práticas genocidas e para reparação das vítimas, seus familiares e rede de afetos, não pode ser inviabilizada pelo não reconhecimento da existência de práticas genocidas naturalizadas nas instituições, nas cidades e no país. O compromisso político de desenvolver ações concretas e efetivas para a transformação dessa realidade deve ser priorizado em toda a gestão e não apenas nos órgãos que tratam da igualdade racial e da juventude. A complexidade desse problema exige atuação inter, trans e multi setorial.

Nesse sentido a elaboração de políticas que envolvam arte e cultura tem efetividade na afirmação da vida porque podem abranger diferentes aspectos da existência individual e coletiva dos sujeitos negros. Vivenciando arte e cultura não só como fruição, mas também como campo de desenvolvimento de toda a cadeia produtiva, a arte e a cultura, como parte da economia criativa, podem gerar recursos simbólicos e materiais potentes e transformadores. Políticas públicas de arte e cultura possibilitam o reconhecimento e o emprego do capital intelectual e criativo dos sujeitos negros como fator de desenvolvimento da cidadania e da economia.

A segunda dimensão que gostaria de abordar aqui é relativa à construção subjetiva de processos de (r)existência da juventude negra. A arte e a cultura são fundamentais para a construção de identidades afirmativas, para o desenvolvimento do pensamento crítico, para o estímulo à participação cidadã. A constituição subjetiva de processos de (r)existência negra passa pelo acesso a referências positivas, passa pela possibilidade de fruição, passa também pela possibilidade de

exercício da visibilidade positiva e pela imaginação e experimentação de outras realidades, todas acessíveis por meio da arte e da cultura de um modo geral, e de modo mais incisivo pela arte e cultura negras.

De maneiras surpreendentes, a arte e a cultura, em suas múltiplas expressões, contribuem para a configuração e potencialização de processos de (r)existências, tanto no âmbito individual das subjetividades, quanto nas construções coletivas. Leituras das realidades cantadas nos raps, as dores vividas, registradas e aliviadas em poesias, os movimentos que dançam em passos de funk, frevo e samba perspectivas de vida e de futuro, são alguns dos exemplos que evidenciam a potência da arte da cultura na construção subjetiva de processos de (r)existência, se referindo, entre outras coisas, aos elementos e recursos internos que cada sujeito acessa e desenvolve para sua existência digna e afirmação no mundo.

A arte e a cultura afirmam a vida a medida que permitem a expressão das dores e das potências, das felicidades e desafios das juventudes negras nos encontros e desencontros com a vida, com a beleza, com a desigualdade, com a violência, e com a morte. A afirmação da vida é também a possibilidade de olhar para a morte e ressignificar os caminhos, inventar outros caminhos, inventar e ensaiar outros modos de vida e de morte.





“Produtos do Genocídio”, obra de Paulo Nazareth em sua individual na Mendes Wood DM. Fonte: <https://www.pipaprizem.com/2018>



Série "Pardo é papel", Maxwell Alexandre





Série "Pardo é papel", Maxwell Alexandre





Série "Pardo é papel", Maxwell Alexandre





Mil litros de Preto. Performance criado por Lucimélia Romão

Fotos: Renan Omura/Ponte Jornalismo



MIL LITROS DE PRETO  
Nº 20060815-8  
NOME: ADRIANO F. DA SILVA  
SEXO: MASCULINO  
ANOS: 27 ANOS  
CAUSA DA MORTE: HOMICIDIO  
POLICIAL



↑

Castiel Vitorino Brasileiro, "Eme mukwa, kalunga", Espaço percívél de liberdade  
Museu de Arte do Rio de Janeiro, 2021  
Fonte: <https://castielvitorinobrasileiro.com>

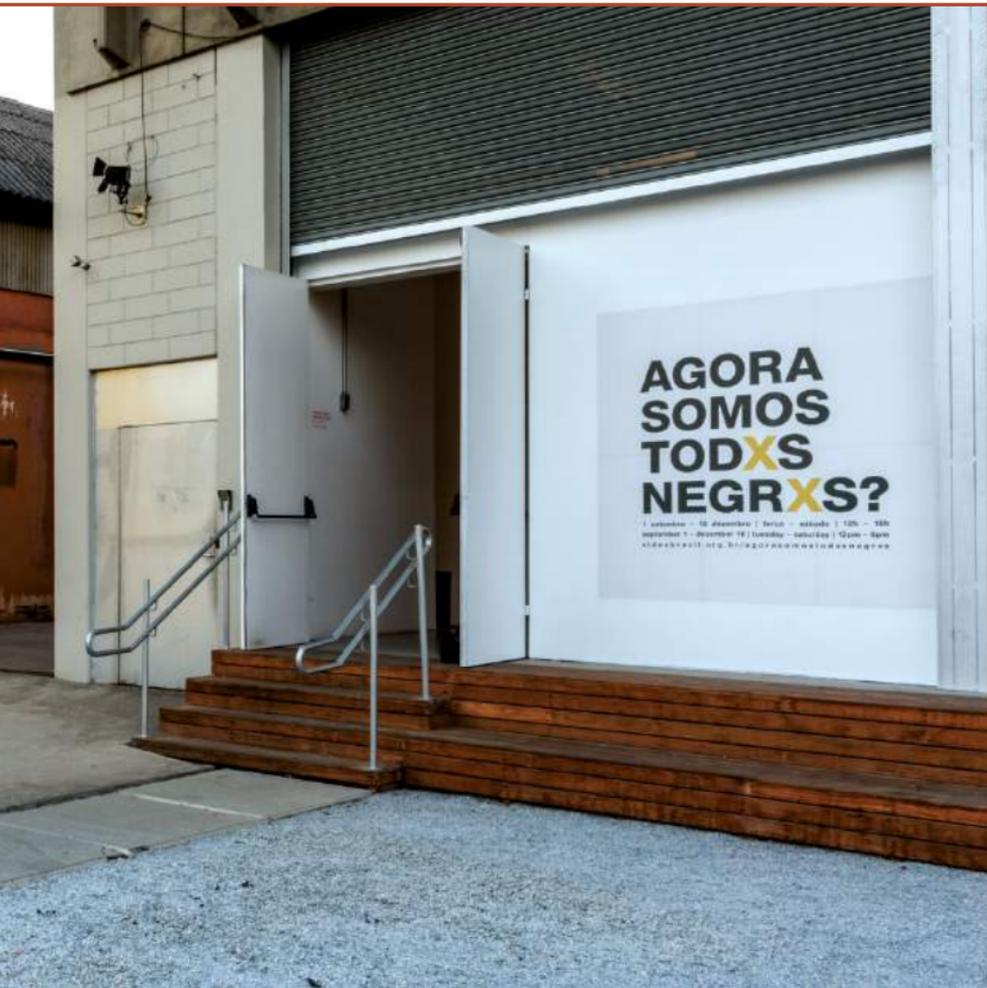
→

Castiel Vitorino Brasileiro, "Quarto de Cura",  
Espaço percívél de liberdade, Sorocaba/SP  
- Frestas – Trienal de Artes 2020/21  
Fonte: <https://castielvitorinobrasileiro.com>





Localizador QBAFECCLQF, de Ana Lira, e entrada do Galpão VB



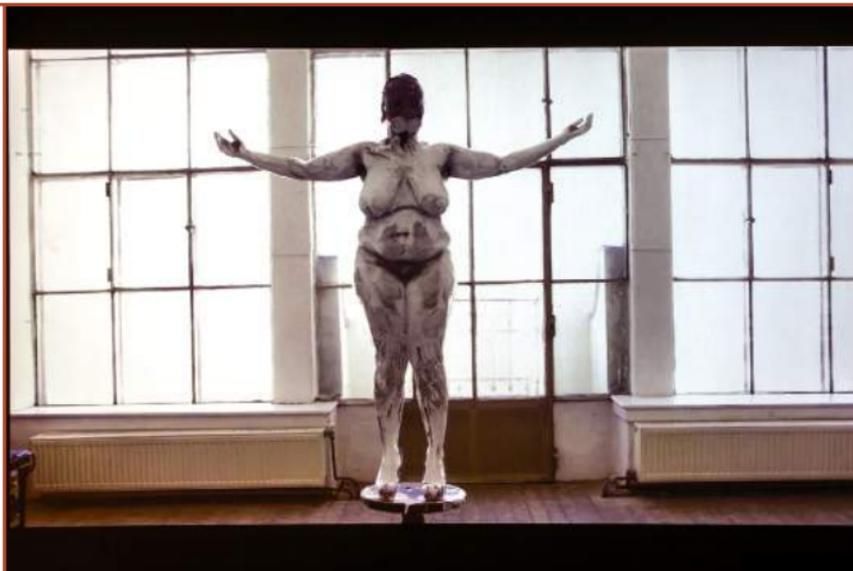
Agora somos todxs negrxs? | Exposição em cartaz de 1º de setembro a 16 de dezembro de 2017, no Galpão VB - Associação Cultural VideoBrasil [videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)  
Fotos: Pedro Napolitano Prata



Exposição | Agora somos todxs negrxs?  
[videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)  
Fotos: Pedro Napolitano Prata

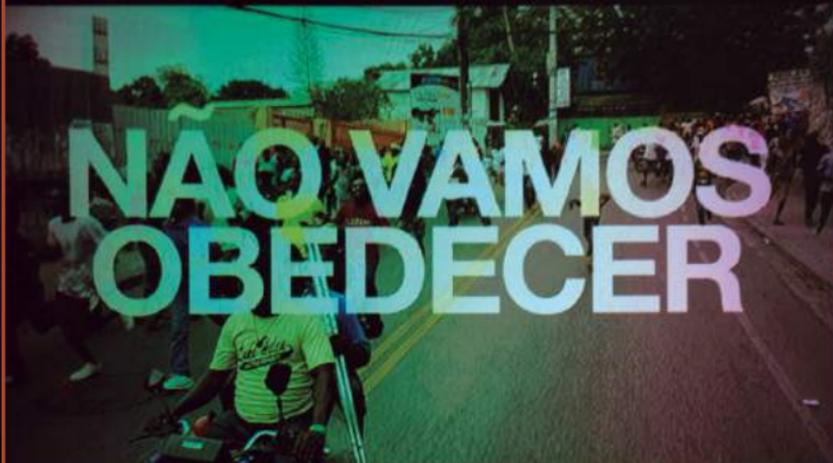
↓ Proteção extrema contra a dor e o sofrimento I, de Rosana Paulino  
merci beaucoup, blanco, de Musa Michelle Mattiuzzi →  
Aceita?, de Moisés Patrício ↘







Exposição | Agora somos todxs negrxs?  
Alma no olho, de Zózimo Bulbul  
[videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)  
Foto: Pedro Napolitano Prata



Exposição | Agora somos todxs negrxs?  
Não vamos obedecer, de Daniel Lima  
[videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)  
Foto: Pedro Napolitano Prata



Ministério da Cultura e Associação Cultural Videobrasil apresentam

# AGORA SOMOS TODXS NEGRXS?

abertura 31 agosto | 19h  
curadoria Daniel Lima

ANA LIRA - AYRSON HERÁCLITO  
DALTON PAULA - DANIEL LIMA  
EUSTAQUIO NEVES - FRENTE 3 DE FEVEREIRO  
JAIME LAURIANO - JOTA MOMBAÇA  
LUIZ DE ABREU - MOISÉS PATRÍCIO  
MUSA MICHELLE MATTIUZZI  
PAULO NAZARETH - ROSANA PAULINO  
SIDNEY AMARAL - ZÓZIMO BULBUL

Cartaz da exposição Agora somos todxs negrxs?

1 setembro - 16 dezembro | terça - sábado | 12h - 18h  
GALPÃO VB | Av. Imperatriz Leopoldina, 1160, São Paulo  
[videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)



Exposição | Agora somos todxs negrxs?  
[videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs](http://videobrasil.org.br/agorasomostodxsnegrxs)  
Fotos: Pedro Napolitano Prata

← O samba do crioulo doido, de Luiz de Abreu

← Zumbi somos nós, da Frente 3 de Fevereiro



# rondó da ronda noturna

Ricardo Aleixo

q uanto +

p obre +

n egro

q uanto +

n egro +

a lvo

q uanto +

a lvo +

m orto

q uanto +

m orto +

u m

---

# DE.SEM.BO.LA

Musso Greco

***de.sem.bo.la*: 1. desarmilha, desembaraça, desenreda, destrinça, individualiza; 2. tira ou perde as bolas que cobrem pontas que podem ferir; 3. desfaz um bololô ; 4. diz-se do ato de ler nas entrelinhas, dar no ponto e achar a causa; 5. quando se deixa uma luz desemaranhar-se das significações que a ocultam; 6. mundo-pêsames de pequenos cidadãos-menos a contra-mundo; 7. projeto para civis-subservis-sem-lugar-marcado-no-campo-do-possível; 8. desejo de permanente exercício da linguagem para serpentear, no seu curso, o discurso do silêncio; 9. o mesmo que resolve.**

**A** Arte pode ser uma ativadora da subjetivação, produzir conhecimento e gerar mobilização e envolvimento. Aplicada a adolescentes em situação de vulnerabilidade, amplia a percepção do seu universo, suas formas de vida e o modo como se inserem na complexa vida social brasileira no contexto de uma política neoliberal avançada, de uma necropolítica.

A mostra *de.sem.bo.la*, produzida com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte, e apresentada ao público em 2022, trabalhou com a ideia de “arte colaborativa”, propondo ao público um conjunto de sensações materializadas em instalações e objetos, resultantes do encontro desses adolescentes com a Arte. Esses dois vetores, mediados por ateliês diversos, em processos singula-

res, constituíram um território próprio, único, que buscava se conectar com a cidade, dando visibilidade a essa juventude excluída socialmente, num espaço expositivo ampliado – a exposição de Arte como intervenção social. De igual modo, uma vez que estava em jogo a dimensão do olhar, o ato de reconhecimento por parte do público pôde devolver aos jovens participantes da mostra uma ressignificação: mais que um retorno a si mesmo, uma transformação de si sem retorno.

A curadoria de *de.sem.bo.la* optou por manter uma relação de constante tensionamento entre as proposições artísticas e a Arte de um modo geral, para ir além da “experiência da Arte”, deixando aberta a possibilidade de sermos tocados pelos acontecimentos do mundo dos adolescentes da periferia – negros em sua maioria – em suas derivas pelas quebradas de uma cidade onde se embaralham o saber-viver e o risco da morte. Para tanto, os colaboradores adolescentes não foram convidados para os “ateliês de ativação” por terem uma “sensibilidade para a Arte” ou qualquer gosto ou tendência artística. Ninguém estava ali para ser artista, autor ou autoridade: tratava-se, basicamente, de “conexões”, de “encontros”. As construções dali resultantes não pretendiam destacar o autor ou o artista, mas colocar o processo/a linguagem/a criação em contato com outros olhares, com um público que provavelmente não tem acesso ao mundo interno desses adolescentes. O espectador se constitui, assim, peça chave na efetivação desse processo artístico.

Processos colaborativos em Arte demandam fronteiras transparentes, mas preservam as diferenças de atuação. O propositor assume a autoria da ação no ateliê – direção artística e evolução do trabalho –, enquanto os colaboradores participam das proposições que se compõem com a presença do outro, abertos às influências e ideias do grupo. O que quer

que entendamos como “Arte” é baseado aqui na participação e na produção de *relações* com o outro, mediadas por objetos e fazeres estéticos.

O curador de uma mostra como *de.sem.bo.la* também tem que atuar de forma colaborativa, seja operando como intermediário entre artistas, espaços e adolescentes, seja mobilizando as obras como elementos na composição de um discurso, ou mesmo participando da autoria de alguns trabalhos. O trabalho do curador passou a ser, então, de uma completa renegociação das capacidades atribuídas a cada um dos atores da mostra, de “contaminação bilateral”, num regime de atuação sistêmica, em rede, com um enfoque relacional sobre o trabalho artístico, sempre em desenvolvimento, distribuído por um circuito não-hierárquico que envolvia tanto os atores quanto os objetos e os processos. Assim, a intervenção desse curador-articulador de redes pôde contribuir diretamente para a produção da obra e para a consolidação de determinadas abordagens poéticas, assim como, quando conseguimos uma participação ampla nos processos colaborativos, os participantes dos ateliês influenciaram as escolhas expográficas, redefinindo a forma como o trabalho seria mostrado.

Quando a curadoria é feita por um psicanalista – como é o caso de *de.sem.bo.la* –, a base (clínica) do trabalho é sempre a surpresa, a negociação, a parceria. Esse “analista-curador” tem que levar em conta a alteridade como questão central da prática curatorial para tornar visível e fazer compreender o que se vai mostrar. A exposição deve funcionar como se estivéssemos vendo o mundo secreto de alguém, como uma produção do Inconsciente. Pensando na etimologia de “curadoria”, que vem da palavra latina *curare* – que significa cuidar –, temos aqui uma curadoria que se configura menos como

modalidade artística do que como um conjunto de práticas por meio das quais a obra se realiza publicamente, enlaçando autor, obra e espectadores (o Outro). Nesse sentido, trata-se de uma atividade particularmente ligada à dimensão de presença da linguagem, na qual o embate direto com o Real é preponderante à atuação puramente simbólica. Entendemos isso na prática como uma curadoria que apresenta diversas produções não como elementos isolados, mas por meio de relações entre si e com o público, relações de “cuidado”, em torno de uma certa gramática que articula os elementos em exposição, gramática que inclui, em sua subjetividade, os autores e os participantes do processo artístico.

As possibilidades de curadoria/cuidado para um psicanalista se ampliam, em escopo e profundidade, no acompanhamento dos processos artísticos por meio da escuta. Uma escuta peculiar, que funciona, radicalmente, como um receptor das questões que permeiam o cotidiano das vidas dos adolescentes da periferia, permitindo que uma interpretação preceda as propostas curatoriais, e que isso assegure que o valor e o sentido de cada trabalho a ser apresentado preservem sua singularidade, fazendo, como indica Moacir dos Anjos, “caber coisas no mundo que antes não cabiam”, fazendo-nos “ver coisas que não conseguíamos ver”.

Como se deu essa escuta? O processo que resultou no *Esconderijo*, instalação *site specific* criada no jardim central do espaço que acolheu a mostra *de.sem.bo.la*, pode demonstrar essa metodologia de trabalho artístico com adolescentes. Trata-se de uma estrutura de madeira revestida com gravetos, sem acesso ao seu interior, numa árvore, que abriga ovos de argila em queima de biscoito, que guardam papezinhos nos quais foram escritos segredos dos adolescentes. Começou com o artista propondo aos adolescentes, quase como uma

brincadeira, a construção de uma “casa na árvore”. Com o envolvimento na atividade, os meninos começaram a construir também um discurso em torno do que estão fazendo: “tá parecendo mais um ninho”. Partiu-se para uma pesquisa sobre ninhos, e encontrou-se o ninho de guaxo, que levou o grupo a procurar gravetos e galhos para compor o seu. Surgiu, então, entre os meninos, a ideia de “refúgio” para a construção: “aqui tava bom era de ser um esconderijo”.

O ninho, de fato, é uma das imagens da intimidade – como gavetas e cofres –, solidárias de todos os esconderijos em que o ser humano encerra ou dissimula seus segredos, e, ainda que precário, desencadeia em nós o devaneio da segurança. À alegria de achá-lo em meio aos galhos, mimetizando a árvore, somamos a fantasia infantil de que ele estava invisível, bem escondido, para preservarmos a ideia de que a vida ali estaria protegida, para desdenhar a morte. Por sua vez, a própria árvore é um ninho, desde que algum sonhador nela se esconda ou que faça dela um refúgio secreto. O ninho na árvore, assim como a casa na árvore feita para as crianças, podem ser, então, quando os descobrimos já abandonados, um esconderijo invisível da vida alada dos filhotes, longe dos sólidos esconderijos da terra.

O que nossos “filhotes” queriam esconder ali? “É segredo”, disse um deles. O artista propôs, então, que fizessem ovos de cerâmica, nos quais seriam inseridos papezinhos com os segredos escritos de cada um dos meninos. Após colocar os ovos no “ninho”, a estrutura foi fechada completamente, de modo a guardar de maneira segura esse material íntimo e precioso. Desde logo, a árvore que teve a honra de abrigar um ninho-casa-refúgio participa do seu mistério, ao qual, lutando contra as ausências da vida humana e a perda das intimidades da infância, sonha voltar. E o processo artístico,

ativado pela escuta de um anseio de *proteção*, cumpriu seu objetivo: os adolescentes encontraram uma forma de mostrar a condição vulnerável de quem tem sua vida – tão germinal – ameaçada.



Outro exemplo da escuta como método de produção artística aparece na performance *Carinho no saquinho*, registrada em um vídeo da mostra *de.sem.bo.la*, na qual adolescentes negros da periferia intervêm no centro da cidade, quando fecha o semáforo, oferecendo, sem palavras, um



objeto aos motoristas e passageiros dos veículos parados. A atividade foi precedida por – e construída a partir de – uma roda de conversa para colocar em discussão a percepção/constatação escutada de alguns adolescentes da imagem negativa que os adultos brancos que os viam nas ruas tinham deles: “as pessoas, só de ver a gente no passeio, já saem pro lado, como se a gente fosse assaltar elas”.

Na visão de um outro que se acha mais “dono” da cidade de um jovem negro, vestido como “favelado” (os meninos usam esse termo para descrever o estilo hip hop na periferia de Belo Horizonte: bermuda, camiseta com grafismos, boné, corrente, tênis, tatuagem, cortes de cabelos crespos com desenhos e *undercuts*), eles se percebiam como incômodo ou como ameaça. “Se a gente fosse branco, não era assim”; “só de ser jovem – e, ainda por cima, preto e pobre –, a gente já é do mal”; “não tem jeito, dá revolta demais, tem é que mostrar uma arma pra eles mesmo... não é isso que eles querem da gente?”.

A roda de conversa trouxe reflexões acerca do corpo como lugar de expressão e experiência estéticas, educativas, terapêuticas e políticas, tendo em vista que o corpo é um elemento mediador de vivências, e que acolher esse corpo não só cria objetos, como sensibiliza a subjetividade e atua na cidade. A atividade artística proposta a partir das inquietações dos adolescentes foi a de algo que mexesse com o imaginário urbano que eles denunciavam, de intervir numa realidade que parecia tão estanque. E se o jovem se apresentar de um jeito surpreendente? E se os passantes tiverem que lidar com algo inédito? Onde se espera alguém que tire, o que acontece se esse alguém dá?

O nome da atividade é pura irreverência adolescente. Inventaram um “saquinho”, cheio de mimos, de agrados, de palavras doces, balinhas e desenhos. Como reagiriam as pes-

soas à aproximação gentil desses meninos, negros e pobres, junto aos carros, quando o semáforo fechasse? “Só quero ver... eles não acham que a gente pode dar um presente, só pedir e roubar”.

Há um domínio dos lugares pelo olhar, que pode transformar forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar e incluir na sua visão, prever e antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço. É importante que um adolescente possa dizer “não” ao Outro, “dar golpes no campo do Outro”, como afirma Michel de Certeau, em *A invenção do cotidiano*. Não com violência – que esta só faz levar nossos adolescentes ao Sistema Socioeducativo, sem mudar nem a visão da sociedade nem a autoimagem dos meninos –, mas como uma estratégia das relações de forças, que postula um lugar próprio, uma ação planejada, que permita mobilidade ao jovem, que opere captando no ato as possibilidades oferecidas por um instante, abrindo falhas na vigilância do poder de quem o ameaça, criando surpresas.

Ao estar onde não se espera, o fraco se torna forte, pois é dele a astúcia, é dele o controle da cena. Na performance *Carinho no saquinho*, há um “sim” à enunciação e à liberdade do jovem, que lhe faculta outra resposta, outro modo de dizer “não” ao Outro. A partir de um “sim” à suas invenções, algo novo pode surgir, e orientar o adolescente em uma nova tomada de posição no Simbólico, que o ajude a encontrar um “não” para si mesmo, para o movimento pulsional excessivo que surge nesse momento da vida e que o confunde e angústia.

Recolhendo os efeitos do ato após a performance, escutam os adolescentes em júbilo a confirmação da mudança de posição no jogo do poder: “viram a cara dele quando eu cheguei no vidro do carro? Por essa ele não esperava...ficou lá, bobão, sem saber de nada”; “eu não sou o que ele pensa...

Agora ele vai saber”.

Pode haver um jeito de salvar a singularidade (ser escutado e reconhecido), sem ruptura, sem violência. Há outra via para subjetivar-se e achar seu lugar no mundo, sem um Outro que funcione como garantia fixa de um não lugar, de uma exclusão. Na desfuncionalidade do espaço urbano. Na contradição. Ou, como sugere o artista Francis Alÿs, no “paradoxo da práxis”, no qual o corpo torna-se, por meio da Arte, lugar de resistência.



---

# SOBRE A RESISTÊNCIA

Marcus André Vieira

*(a partir do trabalho do cartel As cores dos corpos, composto por Ana Lúcia Lutterbach-Holck, Cleyton Andrade, Daniele Menezes, Flávia Cera e Vilma Dias, e da preparação do seminário Psicanálise e Política, da EBP-Rio, com Renata Mendonça)*

**O** que resiste? No senso comum o que é firme, o que luta. *Resistir*, nesse sentido, é um valor positivo. Em nosso país, porém, resistir, às vezes parece sobre-humano, pois, para tantos, é preciso resistir a um Outro profundamente desigual, escravagista. Esse que nos últimos tempos instaurou um governo fascista, apólogo da morte.

Neste contexto, resistir a qualquer preço pode ser fatal. É necessário, então, que resistência esteja associada a outro termo: *sobrevivência*.

O que sobrevive? O que luta. E quantos mais na luta, melhor. Mas cabe a pergunta: haveria outros modos de resistência, que sejam de sobrevivência, mas não apenas os de luta? Para os psicanalistas, é fundamental desdobrar a pergunta em: a Psicanálise teria alguma contribuição nesse debate?

Retomo o que indica Lacan sobre a resistência, no seu Seminário 2, *O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise*:

*São vocês [psicanalistas] que provocam a resistência. A resistência, no sentido em que vocês a entendem... Não existe resistência por parte do sujeito [analisante]. (...) Vocês é que a supõem. (...) Em outros termos, a resistência é a maneira pela qual, naquele dado momento, o sujeito interpreta o ponto em que ele está. Vocês é que chamam isso de resistência. Isso quer simplesmente dizer que ele não pode ir adiante mais depressa, e quanto a isso vocês não podem dizer nada.*

*O sujeito está no ponto em que está. (...) Existe apenas uma resistência: é a resistência do analista.*

O que *resiste*? O termo, agora no contexto analítico, terá valor pejorativo. Além disso, Lacan procede a uma inversão célebre: a resistência não mais se situa do lado do analisante, mas do analista. Acontece quando, por exemplo, o psicanalista assume ter um saber a priori, acreditando conhecer quais seriam os “objetos sexuais” do analisante, segundo Lacan. Nesse caso, para o analista, *interpretar* é mostrar, apresentar e dirigir o analisante para esses objetos. Lembra muito o *mansplaining* atual. Por isso, a frase: a resistência é sempre do analista.

Lacan não associa resistência à sobrevivência. Na sua *rue de Lille*, endereço de seu consultório em Paris, certamente, isso não era uma questão. No entanto, no lugar do jogo da resistência, tanto a de luta quanto a do analista (do saber), Lacan vai propor outro jogo: o da nomeação.

Tudo parte daquilo que de inconsciente numa análise insiste e pode, ou não, ganhar lugar. O que *insiste*? O ainda não dito do desejo: memórias, fragmentos de prazeres guardados nas profundezas do gosto. Em vez de resistirmos a isso buscando compreender, dar sentido, acreditando saber exatamente o que isso quer, trata-se de outra coisa. Em lugar de saber, é preciso *nomear*.

Nomear é dar existência ao que insiste sem necessariamente pressupor uma essência. Existência e essência não são a mesma coisa. Um exemplo: o que faz Freud com Sergei, seu paciente nomeando-o *O homem dos lobos*? Freud reconhece que entre “Sergei” (S1) e “Lobo” (S2) há o sujeito, e seu desejo, que insiste, na cadeia significante de uma história pessoal, mas nunca consiste em nenhum de seus elementos. Em vez de dar a esse sujeito essência fixa, Freud nomeia. O

que diz essa nomeação? Que não há “Sergei” sem um “lobo” por perto. Isso em nada afirma, sobre Sergei, em termos de essência. Conferir essência, por exemplo, seria defini-lo como um lobisomem, associando duas naturezas essenciais: a de homem e a de lobo.

*Resistir*, com relação ao desejo inconsciente e ao sujeito, é conferir-lhes demasiada essência, aprisionando-os em uma consistência suposta (como a dos lobisomens). É o analista que acredita conhecer o desejo, lá no fundo, do analisante. No pior dos casos, a consistência dada ao sujeito se faz sob a forma de um sentido fechado, uma identidade rígida que Lacan chamou *holófrase*. Essa operação mortífera chega a ponto de extermínio quando leva os fascistas no poder a assumir, por exemplo, que preto é sempre pobre e bandido.

Por oposição à identidade rígida, podemos pensar nomeação como a materialização de uma *ex-sistência*. Esta seria a presença de uma ausência definida por Lacan com relação a uma consistência dada: “a ex-sistência é, no fim das contas, esse fora que não é um não-dentro”, “esse em torno do que se evapora uma substância”.

A melhor maneira de materializar a ex-sistência do desejo inconsciente é tomar a nomeação como *encruzilhada*. O termo parece feito por encomenda para traduzir o que Freud definiu como *sobredeterminação*. Numa análise, a nomeação do desejo é sempre uma encruzilhada. Sem contar que, com a ideia de encruzilhada, ganhamos uma linha direta com costumes ancestrais e com o espaço mágico dos orixás, em que se presente o valor criacionista da nomeação.

Nossa ação, a de interpretar, ganha um novo contorno: passa a ser nomear o que temos em nós, que sem nome só podia insistir, mas que, agora, ex-siste. Assim, meio de banda, o que *re-existe* pode, ainda por cima, ser resistência dado seu poder, no melhor estilo Exu, de abrir caminhos.

---

# **ANTI RACISMO, QUADRINHOS MANGÁ E PSICANÁLISE**

**Andréa Máris Campos Guerra**

**Jéssica Tavares**

**Lorena Vianna**

**Marco Chagas**

**Marcos Vinícius**

**Mariana Costa Aranha**

**Mariana Furtado Vidigal**

**Rodrigo Nogueira**

**Sérgio Anjo**

---

## Convite à reflexão

“Se formos fazer um mangá, temos que começar contando sobre o que aconteceu no sítio há dez anos atrás”. Silêncio geral. Frases interrompidas. Impossibilidade de configuração de uma cena. Tomando essa frase como ato de enunciação que revela um não dito traumático, a equipe do Projeto Já É (PSILACS/UFMG) deu início a uma intervenção numa comunidade de Belo Horizonte, visando a construção de um quadrinho mangá que pudesse servir de mote para futuras intervenções comunitárias.

Nosso intento era registrar a trama que podia servir de elucidação dos processos necropolíticos tais quais se enraízam em nossa cultura. Num anfiteatro a céu aberto no coração do território, o testemunho em elaboração simbólica de mais uma das incontáveis séries de violência estrutural, imposta coercitiva e ideologicamente, contra as populações pobres, negras e periféricas de nosso país pôde ganhar testemunho. Žižek, em *Violência: seis reflexões laterais*, de 2014, propõe uma distinção entre violência subjetiva e objetiva, deslocando a culpabilização e criminalização que recaem sobre o indivíduo isoladamente, ao desvelar a cena da violência estrutural e simbólica, de matriz neoliberal, racista e pós-colonial, efetivamente responsável pelo Estado necropolítico no qual vivemos. Foi Mbembe, em *Necropolítica*, de 2018, em sua análise sobre o poder soberano que acrescentou à analítica foucaultiana do biopoder, o estado de exceção e o estado de sítio que fundam o direito necropolítico que define quem pode viver e quem deve morrer.

Ele inclui também as relações de inimizade, na criação da base normativa do direito de matar. Nela “cada homem é inimigo de todos os outros, cada inimigo morto faz aumentar

o sentimento de segurança do sobrevivente”. Assim, o Estado de Exceção configura uma permanente situação de emergência a sanar que encontra na figura do Inimigo absoluto a eleição dos corpos matáveis. O nome dessa estratégia política, para Foucault, é racismo, que Lacan toma como discurso em ação. Por isso, a política da raça está associada à política da morte e legitima a lógica da necropolítica. “A raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente”, diz Mbembe.

Como a Arte e a Cultura podem mobilizar corpos contra a morte desenhada pela necropolítica de base racista que vigora nos países pós-colonizados do Sul Global? Sustentada pelo endorracismo, populações inteiras são colocadas contra si próprias constituindo um sistema de auto-eliminação, reforçado pela violência de Estado. Isso é estratégia política, alimentada pela imiscuição inconsciente e pulsional da naturalização autorizada para a morte.

## O Projeto Já É – Quadrinho do Morro

O *Projeto Já É - Quadrinho do Morro* foi uma pesquisa-intervenção do Núcleo PSILACS (Programa Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo) da Universidade Federal de Minas Gerais realizado em 2014-2015. Surgiu a partir da convocação de Jacques Lacan, em *Função e campo da fala e da linguagem em Psicanálise*, de 1953, de que o analista deve conseguir alcançar em seu horizonte a subjetividade de sua época. Pois, como poderia fazer de seu ser o eixo de tantas vidas quem nada soubesse da dialética que o compromete com essas vidas num movimento simbólico?”.

Nos planos político e subjetivo de nossa época no Brasil, acrescentamos nossa geopolítica como país do Sul Global,

herdeiro dos processos de colonização e escravização. No Brasil, a violência é a principal causa de morte dos jovens. Em 2019, segundo o IPEA, dos 45.503 homicídios ocorridos no Brasil em 2019, 51,3% vitimaram jovens entre 15 e 29 anos, uma média de 64 jovens assassinados por dia no país. Os homens representaram 93,9% e os negros (soma dos pretos e pardos da classificação do IBGE) representaram 77% das vítimas de homicídios.

Visando reverter esses dados, a proposta do *Já É - Quadrinho do Morro* foi a de mapear os elementos discursivos presentes nas dimensões política e subjetiva (inconsciente), que operam como significantes-mestres estruturantes da necropolítica neste aglomerado. Para isso, usou conversações psicanalíticas - uma espécie de associação livre coletivizada, constituída em torno de um impasse compartilhado por um coletivo, na qual o inconsciente rege a leitura e interpretação do problema, trabalhado a partir da enunciação de cada um - e a construção de uma história em quadrinhos no estilo do quadrinho de origem japonesa *mangá*. Visávamos contribuir para a analítica, mais ampla e transdisciplinar, do destino mortífero desses jovens, moradores de aglomerados com alto índice de criminalidade violenta, bem como extrair estratégias para sua superação e combate em nossa *América Ladina*, como dizia Lélia Gonzales.

A dimensão política, articulada no plano público da presença de um corpo na pólis, e a dimensão subjetiva, determinada pelo inconsciente, são o lado e o avesso de uma mesma posição que refere o sujeito ao Outro. É na torção entre os dois planos que os acontecimentos podem determinar diferentes tomadas de posição. Como numa fita de Moebius, dobrada em linha de continuidade por suas bordas atadas, a aposta é de que intervenção em um plano acarretaria efei-

tos no outro. Assim, como psicanalistas, entraríamos como destinatários de um dizer. Seríamos uma espécie de leitores e intérpretes dos elementos, reais, simbólicos e imaginários, em jogo nas trajetórias de tantas vidas ali presentes.

A partir da instalação de um espaço para a palavra e de um campo para a linguagem mostrar sua estrutura de dominação e opressão, fazíamos uma leitura dos significantes escritos nos corpos, operando como ordenadores dos modos de vida e, sobretudo, de morte dos jovens. Com o recurso da imagem por uma proposta de construção de uma história em quadrinhos mangá, usamos o imaginário como modo de acessar como esses sujeitos estavam engendrados no contexto de violência simbólica e real, incluindo o contexto político de caráter racista no Brasil. Assim, a Arte, como recurso simbólico, mas, principalmente, imagético, ganhou especial importância em uma época na qual as imagens são protagonistas das performances estéticas e da erótica do viver.

## **Escrever o traumático**

A pesquisa-intervenção, com a duração de um ano, partiu de contato institucional com parceiros, seguido de abordagem comunitária para instalação de oficina para conversação, com encontros semanais da mesma para construção do *storyboard* para o mangá, a partir do material recolhido nas conversações psicanalíticas. Houve um intervalo no processo no território para construção da arte final do quadrinho e retorno, posterior, ao campo para a aprovação do esboço do material com os participantes. Após finalizado, fizemos a devolução do processo na comunidade, na rede local e na Universidade Federal de Minas Gerais. O projeto também abarcou a formação de pessoal técnico e acadêmico, por

meio de seminários, reuniões clínicas e capacitações.

Desde a organização do local, horário e público para as oficinas de conversação, nos deparamos com a singularidade da vida naquele território. Era preciso considerar os limites territoriais simbólicos e imaginários de uma comunidade atravessada pelo real dos conflitos decorrentes do tráfico de drogas e da violência estrutural. Um anfiteatro a céu aberto localizado em um local supostamente neutro foi o local escolhido, entretanto, não neutro o suficiente para superar a impossibilidade de convivência dos moradores que moravam fora desta região, comandada por um grupo rival.

Apresentamos a proposta metodológica de cinco encontros semanais, para a construção coletiva de um quadrinho mangá com a história que eles quisessem contar sobre o território e as pessoas que moravam ali. Ao tomar o lugar de fala, a comunidade deixa uma posição passiva de ser contada pelo outro, não sendo mais situada em uma narrativa que sustenta e reforça seu lugar histórico-ideológico de segregação e violência. Escutar, ao lado, o lugar de enunciação de quem vive a opressão cotidiana institui uma alteridade radical, que modifica completamente a perspectiva da intervenção e de seu registro pelo mangá.

A história que emerge para compor a trama do mangá girava em torno de um evento traumático de violência extrema: uma chacina. Um dos jovens do “movimento” do tráfico de drogas que se aproximava da roda foi quem disse: “para falar daqui, temos que falar do sítio, da chacina que aconteceu”. “Perdi muitos amigos”, “morreu muita gente de boa, mulher grávida e criança, gente inocente”. A chacina, ocorrida há alguns anos, consequência de um conflito – delatado – entre grupos rivais do tráfico, trouxe a marca do inominável da violência em seu caráter traumático. Um

silêncio se instalou no grupo, mas como foi enunciado e lido, “temos que falar”.

Alguns jovens tentaram explicar o ocorrido na chacina e percebemos trocas de olhares, entrecortadas por silêncios. Nesse momento, foi importante localizar para os participantes que não era nosso intuito buscar a verdade dos fatos ou fazer denúncias, o que possibilitou que a palavra pudesse voltar a circular. Era preciso recontar a história, sob a forma do que se fixou como dor indelével, para abrir novas possibilidades de simbolização. Sabemos, a partir da Psicanálise, que a verdade é impossível de ser toda dita. Nesse sentido, nossa aposta é na escrita de uma ficção equacionada a partir do presente, que contasse com o olhar e o relato daqueles que ali estavam, abrindo mão da reconstrução da história de forma factual.

De suas falas, o que podemos extrair como um ponto em comum, de um grupo heterogêneo composto por moradores, incluindo os jovens envolvidos no tráfico, é que a morte que conta, a que se inscreve como traumático é a de “gente inocente”, não envolvidas no “movimento”. Os jovens envolvidos no crime, os que estão “no corre”, têm em seu discurso que suas mortes já estão anunciadas e prescritas.

Neste ponto, inauguramos nossa intervenção, com grande estranhamento, descentrando o olhar: “então, para vocês, só as mortes de gente inocente contam?” Lemos aí um efeito do plano político na dimensão subjetiva dessas vidas. Esses jovens estão inseridos em uma dialética maior em que o tecido social autoriza as suas mortes. A noção de necropolítica de Mbembe localiza a raça como motor legitimador dessas figuras que se tornam matáveis em nova lógica soberana.

Apostamos que o estranhamento provocado pela intervenção pôde ganhar o efeito de uma produção do novo, que

desloca, seja pela palavra, como acontecimento que rompe o circuito da repetição significativa, seja como deslocamento a partir do encontro com o real, com uma dimensão não articulada, não prevista e inesperada, que surpreende o sujeito e instala novo circuito para a satisfação. Afeta, portanto, dois planos simultaneamente, implicando em nova tomada de posição subjetiva e política. Nossas intervenções se orientaram por fazer contar a *vida* dos jovens “do movimento”, problematizando suas mortes, fazendo falar suas trajetórias de vida para que pudessem, assim, extrair algum ponto de desejo em meio ao desenfreado circuito de sofrimento ao qual estavam submetidos.

Entendemos com isso que era preciso fazer contar as suas vidas antes de contar as suas mortes, que se tornam meros dados estatísticos. Mas antes, era preciso elucidar os ordenadores que comprometem essas vidas num movimento simbólico e, neste caso, com um destino mortífero. Decidimos, com o grupo, que o quadrinho mangá começaria a partir da chacina, mas não sem construir uma história sobre as vidas das personagens, num antes e num após este evento traumático.

A cada vez, os participantes acrescentavam à história das personagens um traço de seu próprio enredo, versões na tentativa de dar sentido ao sem sentido da violência e da morte. A impossibilidade também se apresentava a cada vez, não cessando de não se escrever, mas algo do que era possível pôde se falar, escrever e desenhar. A cena permitiu deslocar o sentido silenciado e ressignificar a experiência traumática.

A cena final do quadrinho traz como pano de fundo a questão que surgiu nas conversações sobre quem ganharia com a “guerra” do microtráfico ilícito de drogas. Orientados pela lógica da “tentação-ostentação”, se lançam numa guerra

que tomam como suas, mas que atende a outros interesses. Quem ganha com a guerra? Diante da pergunta lançada, respondem que seria o patrão local, mas outro jovem refuta afirmando que ele já está preso e pode até ser morto se sair do sistema prisional. Outro jovem diz que seria “o patrão do patrão”, um tal político conhecido. Mas a resposta não se sustenta, alguém lembra que ele não tem mais tanto poder assim. Por fim, um jovem responde: “O SISTEMA!”

Aqui nos deparamos com um sistema que sob a justificativa de um combate à criminalidade concentra nas comunidades periféricas o palco de suas ações que, de forma discricionária e violenta direta ou indiretamente, culmina na morte de jovens, especialmente os negros. A denominada *guerra às drogas* é uma política fadada ao insucesso, pois como os jovens denunciam, um traficante é logo substituído por outro. O que não desmantela a estrutura do tráfico, mas cria uma narrativa de combate contínuo, que parece justificar a violência presentificada nas periferias e comunidades. A guerra ao tráfico nessas comunidades parece obedecer à lógica da necropolítica tal qual descrita por Mbembe. Pelo Estado de Exceção, o poder tem a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

## Direção do trabalho

Convocados a compartilhar a palavra para representar a chacina que ocorreu no território para uma história em quadrinhos mangá, os jovens se depararam não somente com a morte de inocentes, mas também com o lugar que ocupam, em vida, no tecido social: corpos autorizados a serem mortos.

Orientados pela dimensão política do inconsciente, seguindo a proposição lacaniana de que “o inconsciente é a



páginas quadrinhos JáÉ. Sérgio dos Anjos

política”, isto é, é a imiscuição do discurso civilizatório na dimensão inconsciente, subjetiva, apostamos na sua elucidação e nas ressonâncias dessa experiência, tão intensa, como tentativa de inaugurar uma nova forma de pensar a responsabilidade clínica e política. Não existe neutralidade e a presença do psicanalista na pólis, ao lado do artista, podem interferir no modo com o discurso se articula. Arte, clínica e cultura incidem sobre sujeitos e discursos. Se hoje, para o capital neoliberal, há grupos inteiros que são simplesmente dispensáveis, elimináveis do sistema, sem serem sequer úteis ao seu funcionamento, relegada a uma “humanidade supérflua”, entregues que são ao abandono, toda vida vale ser vivida. Modos plurais, solidários, além do que é simplesmente útil, fundam novas condições de sociabilidade.

Com a Arte e a Cultura, nesse laço de trabalho com a Psicanálise, vivemos a possibilidade de desenhos metodológicos que trazem a escrita da memória e da história dos sujeitos e das ideologias que distorcem sua presença. Discutir, analisar, testemunhar, compartilhar e refundar o modo como os sujeitos negros vivem, nos auxilia a pensar outros modos de vida. Mais plurais e críticos, deslocam a perspectiva hegemônica e inauguram, como sempre faz a Arte, o prenúncio de um novo modo de laço social, antirracista e contracolonial. Não tomar partido já é manifestar uma posição. Vidas jovens negras importam.





# **ENCRU ZILHADAS**



**"Escrever é o que me mantém vivo."**

JP, Apuama

**"Não caminhamos sós,  
assim como nossos ancestrais:  
como os girassóis em dias nublados,  
nós nos viramos uns para os outros."**

Bim, Nosso Sarau

**"Hoje sou artista, não morri aos 17,  
tenho 35, arte é resistência e política."**

Leo, Zap 18

**"Editais como forma de assaltar o Estado,  
como forma de resistência."**

Fábio Giza Tu de Artes

**Arte como criar associação e compartilhar,  
em busca de mudanças colocando a digital preta."**

Sheila, Zap 18

**"O sarau é muito poderoso porque traz o corpo."**

Russo, Terra Firme

**"Arte como poder possibilitar outros olhares; nasci na arte."**

Negah Thé , Flores do Beco

**"Teatro para reconhecer a situação política e se reconhecer como favelado."**

Fábio Giza Tu de Artes

**"Transformar a paisagem como arte."**

Fabiana, Weyla

**"O DNA é um livro de poemas que você recebe dos seus ancestrais."** JP, Apuama

**"Arte pra tirar a venda, resgatar a memória e o pertencimento."**

Maria, História em construção

**"Estar vivo é a maior das artes."**

Sheila, Zap 18

**"A UBDI é mais que um grupo de dança  
é acolhimento!"**

Guima, NóArte

**"Defender o direito de experimentar esse lugar  
artístico, outro tipo de curadoria: é preciso ver arte  
como trabalho."**

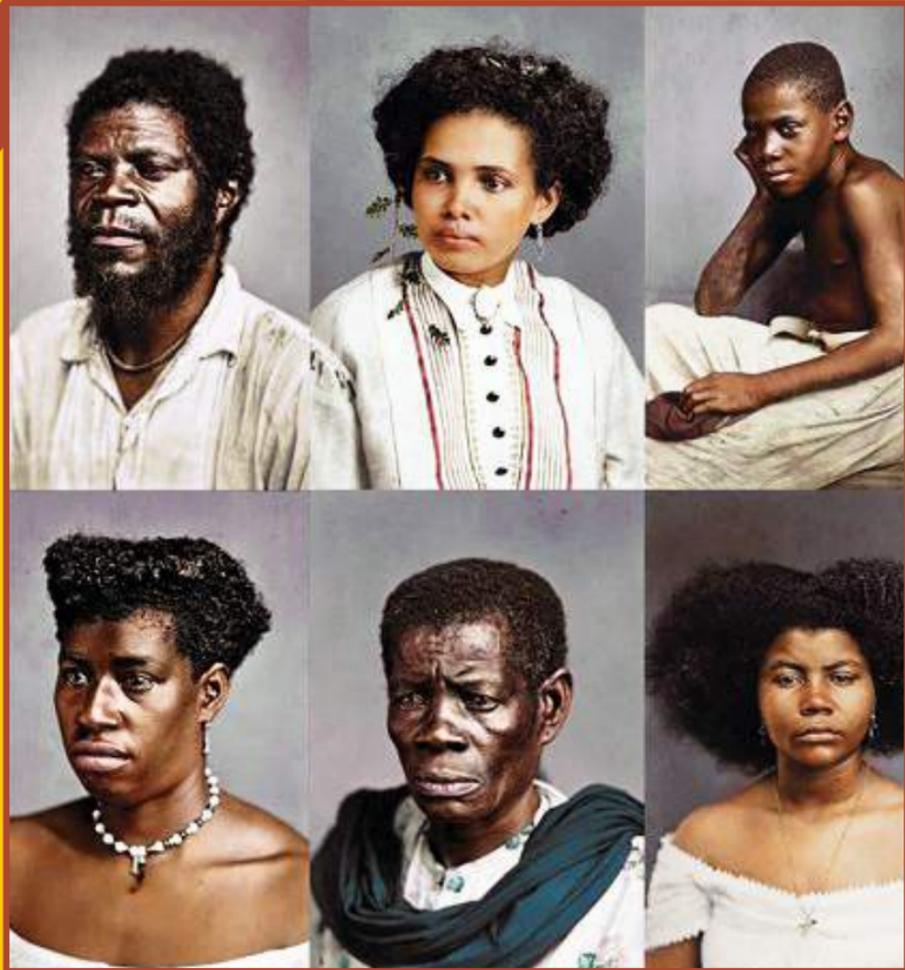
Negah The , Flores do Beco

**"A arte é um abraço"**

Ducs, Amargem

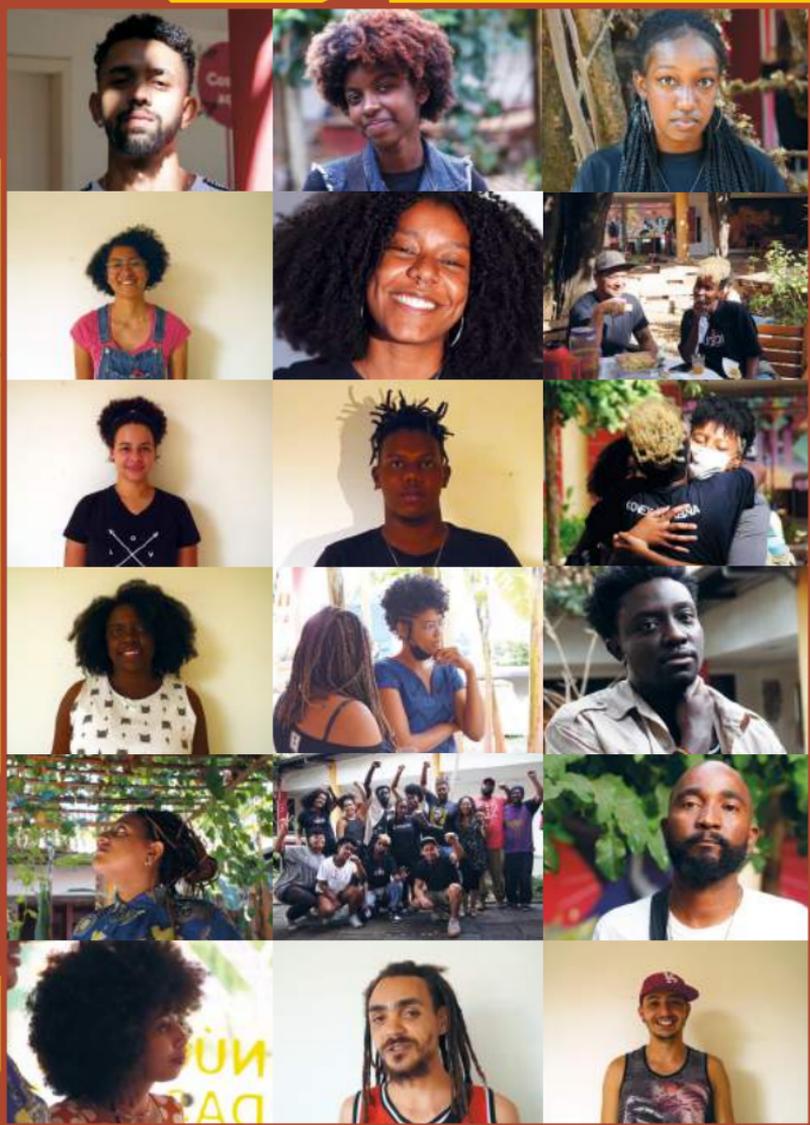
**"Entendi que se escrever eles não vão me agredir:  
no palco me sinto protegido, recitando a minha dor."**

Leo, Zap 18



Retratos de negras e negros em Pernambuco, feitos por volta de 1870 pelo fotógrafo de origem germânica Albert Henschel (1827-1882), e recentemente colorizados





Retratos das juventudes negras dos coletivos



artísticos-políticos-culturais da Grande Belo Horizonte.

◦ COLETIVO APUAMA ◦ SAULIN ◦  
GIZA TU ARTES ◦ VALÉRIA SILVA  
◦ NEGA CROW ◦ SARAU LAGO ◦  
AISHA ◦ COLETIVO TERRA FIRME  
NOSSO SARAU ◦ COLETIVOZ  
◦ CREW UBDI ◦ MORRO EM  
CENA ◦ COLETIVO NÓARTE MC  
GUIMAZILÁH ◦ CASA HIPHOP  
TAQUARIL ◦ JUVENTUDE DO  
ACAMPAMENTO PÁTRIA LIVRE  
◦ SEMIFUSA ◦ ANGOLA DE OURO  
◦ ARTE DO MORRO - SODAC ◦  
HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO ◦  
ESPAÇO CULTURAL AMARGEM  
◦ ZAP 18 ◦ MOVIMENTO FAROL ◦  
FLORES DO BECO ◦ BRAIN SAI ◦  
4 ELEMENTOS ◦ MC JOÃO  
AMORIM ◦ WEYLA HORTA MDP ◦





## Sobre poetas, sonhos e utopias JP - Escreviente

Sobre escrever eu... A escrita é algo que...

A real é que escrever é fácil, mas o papo é diferente quando é sobre escrever pra evoluir, já venho dizendo há tempos que a gente escreve o que precisa ouvir.

E nem sempre a gente gosta do quê escuta, nem sempre escutam o que a gente gosta e se hoje eu não quiser falar de luta? E se só hoje eu também não tiver a resposta?

Tem dias aqui dentro faz um silêncio, daqueles que gritam e é impossível não sentir, mas tem dia que aqui tá tão barulhento que eu paro e quase não consigo ouvir.

Ando pensando no barulho que a gente faz, estamos cegos! Até que ponto esse barulho é só pra agradar o ego, PRÓPRIO ou até mesmo que seja alheio. Distorcemos pelo que se luta sem perceber que isso tá feio.

Somos recipientes pela metade, e se nós enchermos um do outro acredito que transbordamos, mas o egoísmo que alimentos nós faz pensar que estaríamos vazios. Então cada um se enche sozinho.

De fato não entendemos. Eu me pergunto se algum dia a gente vai e se algum dia a gente for... Então eu vou ficar em casa. Felicidade de quem sai do ninho é ver geral batendo asa. Então que a gente possa voar, ver do alto o chão cheio de nuvens e pisar no céu com a grama mais verde do que se possa descrever.

Entender que as nossas crianças nascem melhores do que mundo é, então sim! Dá pra fazer melhor, olhando dentro de si, indo além do próprio "Eu" é possível alcançar um lugar ao Sol.

Mas voltando ao começo do texto, difícil mesmo é viver poesia! Escrever é fácil, poeta sonha, pensa e sempre escreve sobre utopias.

## COLETIVO APUAMA

## IBIRITÉ

Ele não sabia amar, tão triste garoto cinza..!

Sem aviso a vida o presentear, o pobre garotinho não tem eira nem beira, ele não sabia amar. Tão triste garoto cinza. Ele não cresceu, nunca floresceu, vive num mundo cheio de dor, o frio é seu melhor amigo é as estrelas do universo seu gigante abrigo. Todo dia ele via novos amigos, esse sentimento quente que o derretia, uma chama brilhante que de tão linda rápido sumia.

Seus amigos eram aqueles de quem ele nunca dependeria, como naqueles sonhos que de tão reais, não vale um real, não vale nem todos os reais. Ele não sabia amar a vida não o ensinará, ainda sim ele sorria, gargalhava sempre ao começar um novo dia.

A vida não o ensinou a sonhar, ele aprendeu sozinho, milhares de pessoas diariamente cruzam seu caminho, ele conta cada rosto novo que seus olhos veem, imaginando um universo em que ele não está sozinho e que nunca passou frio. Ele se imagina sorrindo, chorando, sendo amado e acolhido.

Tão triste garoto cinza, amar não é uma corrida. Amor não te aquece toda a vida. A vida o presentear sem avisar mais ele não sabia amar. Triste garoto estava sozinho desde sempre e pra sempre pensou está. Ele não se sente mais sozinho aprendeu a ser seu melhor amigo, a não depender ou ter que pedir, se omitir diante de tudo em que pensava, o amor estava ali, não souber ouvir. A vida o presentear com cinzas, ele viu num livro velho de histórias de fantasia uma ave linda livre forte que sua luta perdida, ela morria ao final do dia. Seu nome era fênix, toda manhã ela sempre renascia não importava quão cinza estava o dia, viu naquele ave sua mãe e sorriu de alegria. Nesse dia ele cresceu como nunca antes floresceu, ele sim sabia amar.

F4 - Fark

---

Demarcaram- se os espaços  
Criou-se poesia onde era prisão  
Demarcaram as estruturas  
E eu fui padrão pondo isso na canção

E eu vou contar o que ouvi dessa história que  
Um menor fugiu da escola matou aula por  
Que acreditou ser rejeitado por aqueles que  
Diziam saber muito e de muito ouvir

Ele ... partiu  
Sem se despedir  
Sem se despedir

Em casa a mãe dele só tinha um resto de fubá  
E o padrasto logo começou a reclamar.  
O menor se levantou, tentou ajudar.  
Mas o padrasto com arma veio ameaçar

E ele... partiu  
Sem se despedir  
Sem se despedir

**Gigi Reis**



Há quanto tempo preciso falar  
São momentos apagados que  
Nem eu mesmo gosto de lembrar  
Apesar de tudo, convivo todos os dias

Com olhares de repressão  
dentro do metrô ou ônibus  
A água doce que cai do céu  
limpa do meu corpo  
Marcas embranquecidas  
que eu não queria ter

E mesmo assim me sinto deslocado  
por não me ver em vários lugares  
E não me contento em me ver só no reflexo do espelho  
Meu medo vem do estrangeiro, e penso nisso ao pisar em  
uma poça de água que me traz de volta a realidade

De que minha pele não é o problema  
Meu cabelo não é o problema  
E que minha matriz religiosa é a solução espiritual  
para meus irmãos  
E que a censura nunca foi a nosso favor  
E nem favor a ela eu devo

A vida é uma bolha de sabão e  
quando se nasce livre se tem outra opção  
Meu olhar vivo e desinteressado sempre foi  
melhor que seu sorriso forçado



## Agora

Ray Ariana

Uma paz de algumas folhas me fazendo ser digna de ter, ser e receber amor. Se antes não havia sentido, agora me cerca, é meu calor. Em tempos assim, reporto só a mim e meu protetor. Muito obrigada, Deus. Axé, meu criador. São muitas as muitas dor, mas que na corrente d'água de verde cor, me deixo virar escorredor. Aqui só entra o bem. E que a alegria também eu possa trazer pra pôr aqui nesse papel, lá no meu louvor, na casa de minha avó, levar pra onde eu vô, cantar pra quem comigo andô, aqueles que juntin ou na distância semeô um cadinho de frescor. Ei! OU! Agora eu sou leve, mas é mais que bem dizê. Se nessa brisa que refresca e arrupia um pouco a testa eu puder me entendê, volto pra fazer uma prece, ai de mim se eu pudesse te mostrar que só agora eu tô a vivê.



Hoje a vida pariu uma nova Mulher...  
Pariu quando se viu cansada das dores e amores ..  
Pariu quando aos nove segundos,  
descobriu que sozinha cuidaria dos seus filhos  
Pariu quando percebeu que  
suas irmãs não sobreviveram  
às dores que a sociedade impôs.  
Pariu por não aguentar  
as disputas de algumas que diziam lutar, juntas...  
Pariu quando precisou  
cuidar dos filh@s de tantas outras mulheres  
mortas pelo massacre do machismo  
São dores, são prantos...  
Em silêncio....  
Em gritos....  
Ao final da placenta, renasce!  
A vida anda me parindo!

**Valéria Silva**

## NEGA CROW



## CONTAGEM





Nossa vida é ser mais além do que se passa no noticiário, são telas que impactam! Pela solidão, e tristeza mas sempre com uma esperança no fundo, estamos sempre tão só, ao mesmo tempo sempre assistido, por pessoas que absolutamente não ajudam em nada no nosso propósito, que uma imagem já basta ...

1. Uma criança esperando algo voltar...
2. Um filho querendo sua parte paterna.
3. A máscara que simboliza "a mãe" conhecidas como "pwo" simboliza a fertilidade, espíritos ancestrais que proporcionam a existência dos seus descendentes.
4. A moça sem face tentando compreender tantas coisas e sempre calada.
5. E a nega que sempre é vista como "barraqueira" "afrentosa" nunca defendida, mas sempre se defende.



## Faces

Dual,  
 como a tal moeda.  
 Cara e coroa,  
 em um só corpo  
 cuida e magoa!  
 Dualidade,  
 hora cala, hora fala.  
 Dia ama, noite esfria.  
 Hetero e homo,  
 mono e poli,  
 dual!  
 Dois, dupla, oposto...  
 às vezes eu, às vezes ela...  
 às vezes cinza, às vezes  
 aquarela!

## Ver

(Ver)dade, não é ver tudo!  
 Ver além, não é (ver)dade.  
 Se um dia me (ver)dade,  
 não imagine ver tudo!

## Vida

Em meio às pedras  
 e as cinzas  
 um pássaro amarelo  
 apareceu!  
 Em meio ao caos  
 e a solidão,  
 suas penas reluziram  
 como o sol!  
 Como o primeiro raio  
 do amanhecer,  
 que traz consigo  
 a esperança,  
 que representa  
 o recomeço!  
 Pode ser que eu  
 já tenha me tornado  
 pedra, mas te ver.

## Analú



## Silêncio

Aisha

Dizem que bons poetas escrevem em silêncio.  
Mas eu nunca fui um bom poeta  
O silêncio não faz parte de mim  
Faço poesias barulhentas para que  
corações em busca de barulho as encontre  
(Acho que o mundo já é silencioso demais)  
Eu cresci na rua e por mais que busque silêncio  
na maior parte do tempo  
passa a ser barulhento demais sem o som da rua  
Encontrei minha paz na rua no barulho dos carros nas vozes  
que se misturam no caminho de suas jornadas  
Enfim nunca fui um bom poeta mas passo a ser um pouco  
quando percebi que essa poesia é silenciosa

## COLETIVO TERRA FIRME

IBIRITÉ

**80 pipocos**

Russo APR

80 Pipocos de novo, de novo de novo de novo, o capitão do mato, cumpre a ordem do coronel. Mata a sangue frio, mais um pai de família foi pro céu. Quem deveria nos proteger mata a gente. O poder bélico guiado por um governo nazista, promove e dissemina um ódio fascista. Que isso neguim seis tá de mimimi, enquanto isso só a carne negra é que sangra por aqui. Em pleno século 21 a média de vida de uma mulher Trans é 35 anos, eles sempre estão nos matando. Sempre nos matarão o genocídio da juventude negra não tem intervalo. Com certeza não deve estar rezando. A Naturalização da violência já existe a milianos. Democracia? Isso é privilégio de branco santo. Negro, pobre, favelado, mulher, LGBTQI no Brasil tá fudido, nesse governo patriarcal de machos escrotos estamos em perigo. Somos um povo pacífico. Assim como foi Cristo. Que pelo mesmo governo foi destruído. Crucificado por proteger bandidos. Assim o livro de história é contado. O povinho desinformado. Tudo isso é pelo ouro, o minério de ferro que mata meu povo. Vai lá em Brumadinho Mariana Mário Campos Sarzedo. A Itaminas tá matando o povo de medo. Silenciando geral com pouquíssimo dinheiro. Mais pra eles isso não é nem um terço. Há mais de 20 anos que a vale foi privatizada e o ICMS dessa desgraça, não rende nada. É menos de 4%, a agricultura familiar é que dá um bom sustento. Mas sem as águas da cachoeira, eu só lamento. Nossa natureza está destruída assim como será nossas vidas. Mas essa história não é contada. Eles continuam fazendo piadas. Ninguém foi preso, nem a diretoria e nem o governo. Que pra minha tristeza era de centro esquerda. Autorizaram a extração

da nossa maior riqueza. As vidas de mais de 1000 pessoas que existiam ali com certeza. Bicho, gente, cachoeira, Parceiro. Tem famílias que ainda esperam por pelo menos um dedo. De um ente querido que saiu cedo. Foi trabalhar. Nunca mais volta Guerreiro. Peço a Deus, Tupã, Oxalá. Nos dê forças pra lutar. Porque muito sangue nessa mar de lama ainda vai rolar.

---

## NOSSO SARAU

SARZEDO

### **Negro e Consciente**

Bim Oyoko

É que deixa estarecido a Alá,  
Por todo Malê e Alufá.  
Munhã viu Anhangá  
Extinguir os Tupinambás.  
Lá do Órun ao olhar Aiê  
Chora Ólorun e os Orixás,  
Pelo povo Nagô e Gegê,  
Pelos Ketú e os Bantu.  
Perseguição há 500 anos  
Dor e pranto.  
Da Mãe África  
Nessa diáspora.  
Quantos foram jogados  
Nas profundezas  
Da água salgada?  
Na mente reverbera  
Essa e outras sequelas,  
Do sofrimento nos porões  
Daquelas caravelas.  
Com benção Papal  
Em nome de Deus  
Corajosos navegantes?  
Não! Imigrantes europeus  
Que escravizaram os povos negros.  
Bandeirantes,  
Assassinos repugnantes,  
Que em nome de Cristo  
Pagaram o dízimo dizimando

Indígenas brasileiros  
Que pra eles era apenas  
Mais alguns negros dessa terra.  
Aqui não teve descobrimento,  
Foi invasão.  
Usurparam nosso conhecimento  
Em cultivo da terra,  
Trocaram florestas por plantações,  
De algodão e cana,  
Da Bahia pra cima  
Em Minas, a mineração.  
Levaram o ouro,  
Acabaram com as serras  
E nos deixaram a lama.  
Deve ser por isso que a árvore  
Que deu nome ao nosso país,  
Também sendo arrancada da sua raiz.  
No seu tecido fino, Sangra.  
Mulheres sendo estupradas,  
Foi assim a miscigenação das raças.  
Mentes castigadas, torturas e chibata,  
Carne dilacerada, queimada e marcada.  
Metodologia utilizada e propagada  
Por Willy Lynch, onde,  
A crueldade era o requinte,  
Pra coibir qualquer revide,  
E inibir na mente a vontade de ser livre,  
E essas atrocidades mais tarde  
Seriam utilizadas  
Por um tal nazista Adolf Hitler.  
Nesse país tropical já catequizado  
Do povo branco civilizado

Não poderia carregar mais um fardo  
Por isso o povo negro tinha que se redimir  
De todos os seus pecados  
Mas aos domingos por serem segregados  
Foram obrigados a construir  
As Igrejas do Rosário  
E assim o sincretismo forçado  
Das religiões, foi concretizado.  
13 de maio pra inglês ver  
Eles nunca vão dizer  
Que aqui foi o último país do mundo  
A escravidão absolver  
Só pra branquitude do império  
Manter suas relações de poder  
Na proclamação da república  
Classista e racista  
Transformaram nossos  
Registros históricos em cinza  
E o olhar seletivo e injusto  
Dessa cega justiça  
Que sempre nos transforma em réus  
Ou nos intitula vitimistas  
Meus heróis e heroínas  
Não tem nome de rua  
Não ganham estátuas  
Nem são citados nos seus hinos  
Nos livros de história cês ensina  
Que todos eram loucos,  
Traidores, criminosos  
Ou assassinos.  
O mês de novembro pra noiz  
Além do festejo é reflexão

**NOSSO SARAU****SARZEDO**

É ter consciência desse histórico negro  
E honrar aos nossos ancestrais  
Ao mostrar que o racismo e o medo  
Nesse país, vai muito além  
Da cor da pele, do nariz  
E do cabelo meu crespo.

---

**Peita nós****Lelê Alves**

Quero ver, cês peitar as preta  
A mulata, a pretinha, a negona, a neguinha.  
Mas mulata que é de mula mesmo, cês tão ligado?  
Daquelas que cês só descarrega o pente,  
Só pega escondido de quatro num quarto.

E ainda quer ser bandido.

Daquelas que num vale um motel,  
Um bordel ou um anel  
Porque cês tão ligado que é passageiro.

Esses cara que anda com marra,  
Com a peita bacana,  
Num peita uma preta pra dizer que ama.  
Num assume nem o enzo do gueto  
Quem dirá a gente de fora da cama.

---

Dá o papo.  
Mulher negra, é antes de tudo uma poesia,  
É garra, é força  
Que cê nunca seria.

Quero ver cês peitá uma neguinha que acorda cedo  
Faz café, faz dinheiro  
E ainda troca um chuveiro.  
Sustenta uma casa e a família,  
Trabalha todo dia  
Enfrenta o frio  
Ou um metro vazio  
Ouvindo cantada dos mano  
Que trata essa porra como elogio.

---

## Pensamentos

Lelê Alves

you já parou pra pensar em como tudo seria diferente,  
se não tivessem escravizado a gente?  
talvez nem em português eu seria fluente.

pra escrever essa poesia tive procurar na mente,  
e cheguei a conclusão de que a gente, no mínimo,  
sorriria constantemente.  
e melhor, faria isso verdadeiramente.  
a gente teria o costume de acreditar na gente (oh que fita).

e vencer nas paradas sem se esforçar umas 20x,  
aconteceria frequentemente.

## NOSSO SARAU

SARZEDO

um homem preto poderia ATÉ dizer como se sente.  
e de repente,  
as pessoas se orgulhariam de ter uma mulher preta  
num relacionamento decente.

aquela tia teria seguido a ordem natural da vida e não  
carregado a morte do seu filho que é tão recente  
(20 e poucos anos).  
e a sua filha meu senhor, teria sido obediente,  
terminando o ensino médio e conseguido um emprego,  
que a sustente.  
meu pai talvez teria sido um cara presente.  
mas isso porque o alcoolismo, como escape pelas dívidas  
seria inexistente.

e minha família se reuniria ao lado da mesa pra discutir  
sobre a origem do nosso sobrenome,  
algo que a gente desentende.  
desentende nos dois sentidos, é tanta briga que eu nem sei  
de onde vem, ou onde que tem parente.

mas voltando ao papo do que seria frequente,  
mamãe diria que me ama sem ser precisar ser resistente.  
acredito que a gente teria naturalizado  
ser um pouco desistente.

meu preto não teria medo de ser assassinado, sei lá,  
voltando do expediente.  
e o que mais me dói é que eu não precisaria ser tão forte  
para ter um futuro consistente.

eu teria aproveitado a minha infância  
como uma criança inocente.  
sem precisar me preocupar se no dia seguinte teria comida  
ou dinheiro pra pagar a conta de água que me lava os dente.

talvez, a fome não seria tão comum entre a gente,  
@blackboxd já deu o papo, comer ovo por opção  
tem um gosto diferente.  
talvez não tivesse tanto assassinato na culpa da igreja,  
porque ela não seria tão prepotente.  
não teria dominado sobre o oriente e o ocidente.  
o desemprego não me preocuparia covardemente.  
o som que eu ouço (o rock, o blues, o rap, o funk)  
não teria sido apropriado por anitta's, após anos  
sobrevivendo marginalizadamente.

eu sei, parece repetição do que é dito constantemente,  
mas olha as parada que nós deixa de viver,  
só pra sobreviver, com um presidente que,  
peço perdão pelo palavrão,  
mas só quer ver a gente se foder.

e não tem nem mais o que dizer,  
porque um belo dia  
(que de belo não tinha nadinha)  
um branco resolveu que tirar nosso continente,  
e tratar a gente como indigente,  
era uma coisa boa a se fazer.

**COLETIVOZ****CONTAGEM****Artilharia**

Leandro Zerê

Escave com tuas mãos leves  
Trincheiras fundas  
Rabisque pinturas de guerra  
Sobre a pele escura

Vista sua farda  
Sua peita sem marca  
Ostente a grife das quebradas

Recarregue as suas armas  
Encaixe o pente cheio de palavras  
Mire nos inimigos  
Que travaram seu caminho

Engatilhe teus versos  
Tire do papel os verbos  
Incompletos, discretos, diretos

Entre o barulho das buzinas  
E a ditadura do concreto  
Lance granadas de flores  
E por onde fores

Leve contigo tuas raízes  
E mesmo em tempos de crise  
Mantenha os pés descalços  
E a mente sem atrasos

---

E por fim, RECITE  
À queima roupa ou  
À longa distância  
Como um franco atirador

Convide lobos pra uma dança!  
Tenha sempre borboletas no estômago  
Faça com que o nervosismo  
Aumente tua confiança

E como um guerrilheiro  
Prepare teu corpo e tua mente  
Pois florestas nascem  
A partir de uma única semente!

Relembre estas táticas de guerra  
Pois não haverá trégua  
Enquanto os extremos  
Assolarem o nosso dia-a-dia  
Cresceremos nosso exército armado de poesia!

## CREW UBDI

CENTRO-SUL - BH



## MORRO EM CENA

CENTRO-SUL - BH



## COLETIVO NÓARTE/MC GUIMAZILÁH NORTE - BH



CASA HIP - HOP TAQUARIL

LESTE - BH



# JUVENTUDE DO ACAMPAMENTO PÁTRIA LIVRE

MÁRIO CAMPOS



## SEMIFUSA

## RIBEIRÃO DAS NEVES

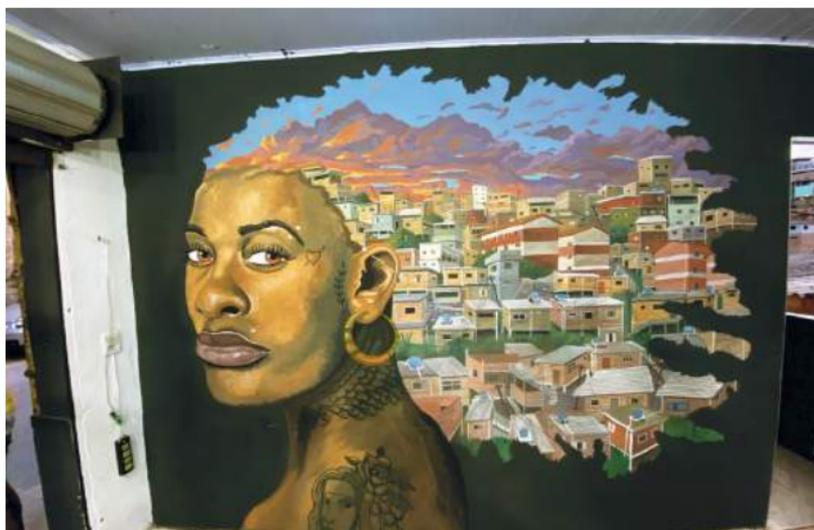


# ANGOLA DE OURO

NORDESTE - BH

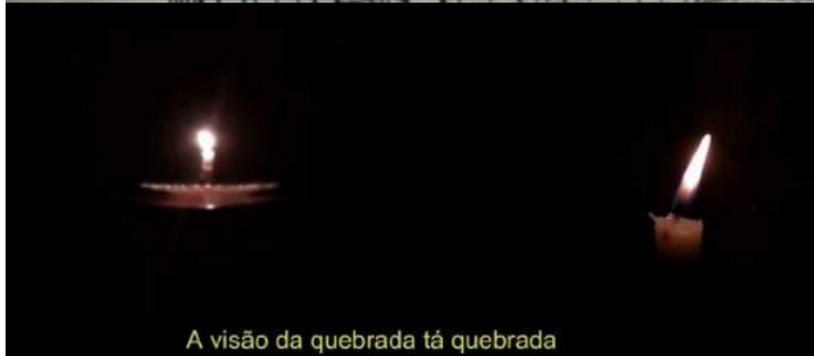
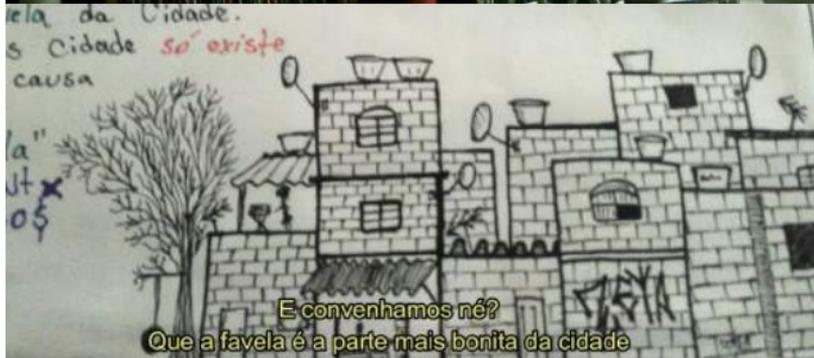


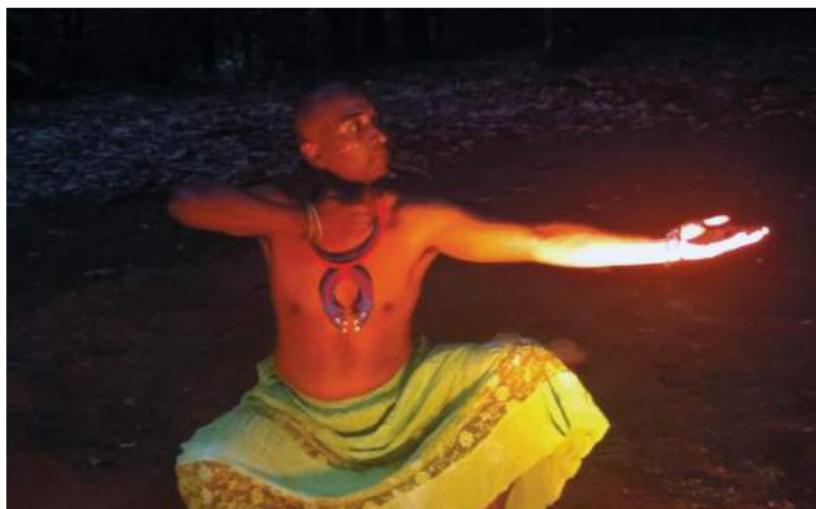
ARTE DO MORRO (SODAC)      CENTRO-SUL - BH





## ESPAÇO CULTURAL AMARGEM RIBEIRÃO DAS NEVES





MOVIMENTO FAROL

RIBEIRÃO DAS NEVES



# FLORES DO BECO

# CONTAGEM



## BRAIN SAI

## PAMPULHA - BH











**Organização**  
Cristiane Ribeiro

**Coordenação editorial**  
Musso Greco

**Produção de conteúdo**  
Débora Tavares

**Projeto gráfico, capa e diagramação**  
Marco Chagas

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro)

Elaborada por Viviane Pereira Pinto CRB-6/2426

---

R484 Ribeiro, Cristiane (Org.)

Juventude Negra Viva / Cristiane Ribeiro (Org); coordenação editorial de Musso Greco; projeto gráfico de Marco Aurélio Chagas. - 1. ed. - Belo Horizonte: Agência de Iniciativas Cidadãs, 2023. 210p. ; 15,5 x 11,5 cm

ISBN 978-65-00-70754-0

1. Genocídio. 2. Juventude negra. 3. Arte. 4. Militância. I. Título.

---

CDD: 300

---

Índice para catálogo sistemático

1. Ciências Sociais 300

# Vidas jovens negras importam! – Seminário sobre a mobilização artístico-cultural pela vida da Juventude Negra

REALIZAÇÃO:



INCENTIVO:



CULTURA



**PREFEITURA  
BELO HORIZONTE**

TRABALHANDO POR UMA cidade  feliz

Nº DO PROJETO: 0385/2020

Este projeto foi realizado com recursos da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte.





Este livro, que segue o ensinamento de *owo foro adobe*, demonstra a decisão e firmeza da juventude negra em se manter viva e foi impresso em Belo Horizonte, no outono de 2023, na Formato Artes Gráficas, em papel Off-set 90/m2, composto nas fontes Adelle Sans, NT Wagner e Unbounded.

